



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Processo nº	01-P-11048/2017
Assunto:	Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de Elevador no LIB – Laboratório de Inovação em Biocombustíveis da INOVA – Agência de Inovação da UNICAMP
Ref.:	Análise de Impugnação ao Edital. Proposta de indeferimento.

SENHOR RESPONSÁVEL.

Trata-se de examinar a **IMPUGNAÇÃO** apresentada tempestivamente pela empresa **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A**¹ aos termos do Edital do Pregão Eletrônico DGA nº 867/2017, destinado a selecionar a proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de Elevador no LIB – Laboratório de Inovação em Biocombustíveis da INOVA – Agência de Inovação da UNICAMP.

Seguem abaixo, em termos gerais, as alegações da IMPUGNANTE, bem como as ponderações da Coordenadoria de Projetos e Obras e da Seção de Obras e Serviços de Engenharia:

1. Da ausência de qualificação técnica da licitante

A Universidade não exige das empresas interessadas em participar do certame a apresentação de qualquer documento relativo à sua qualificação técnica. Além disso, de acordo com a Resolução nº 218 de 1.973 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, os serviços objeto da presente licitação somente poderão ser executados sob a responsabilidade técnica de Engenheiro Mecânico.

No resguardo do interesse público, e por não se tratar de exigência desnecessária ou meramente formal, a Universidade deverá incluir, no item 3.11 do Edital, exigências relativas à apresentação de certidão de registro no CREA, atestados de capacidade técnica da Licitante e de seu Responsável Técnico, em nome de um Engenheiro Mecânico.

Resposta:

Inicialmente, cabe relacionar o exposto na letra "a" do subitem 3.11 do Edital²:

“3.11. O Registro Cadastral Simplificado – RCS não substitui a documentação abaixo indicada, a qual deverá ser apresentada pelo autor da oferta de melhor preço, mediante solicitação do Pregoeiro, nos termos do subitem 5.19:

a) registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;”

¹ Fl. nº 254 a 263

² Fl. nº 172



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Consultada a área técnica³, esta informou que o escopo da contratação são serviços de engenharia e que foi solicitado o registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, sendo necessário profissional legalmente habilitado como responsável técnico pelos serviços executados. Considerando que se trata de serviços padronizados, sem grandes variações de metodologia e que empresas de engenharia e construção do mercado as executam de forma similar sem dificuldades, não há necessidade de solicitar atestado para parcelas de serviços relevantes.

Cumprido esclarecer que o Edital foi elaborado levando-se em consideração as informações contidas nos subsídios técnicos⁴, com a previsão de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT pela empresa contratada, conforme subcláusula 7.4.1 do instrumento contratual⁵, além das demais exigências que são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, a fim de se resguardar o interesse público.

Ressalta-se que o artigo 30 da Lei 8.666/93 tem a função de disciplinar a matéria da qualificação técnica, reduzindo a margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e limitando as exigências relativas à qualificação técnica para evitar excessos, sem criar a obrigatoriedade de se solicitar todos os documentos ali elencados, que deverão ser exigidos pela área técnica responsável quando o objeto assim o determinar.

2. Da composição do BDI

A exigência de encaminhamento da composição do BDI prevista no subitem 4.2.1 do Edital não tem amparo legal. Essa exigência vem sendo feita em casos de terceirização de mão-de-obra, ou seja, de serviços de limpeza e vigilância, face ao disposto no acórdão 2.369/2011 do TCU, mas não encontra lugar, nas licitações de serviço fornecimento de elevadores.

Sendo assim, a Impugnante requer que seja excluído o item apontado, assim como qualquer outro que possua redação semelhante.

Resposta:

Cabe relacionar o exposto no subitem 4.2.1 do Edital⁶:

*“4.2.1. A planilha orçamentária elaborada de acordo com o modelo contido no Anexo I, contendo os valores unitários e totais e **com destaque obrigatório do valor correspondente ao BDI**, contemplando todas as etapas da execução e o resultado do método executivo adotado pela licitante, bem como o cronograma físico-financeiro, deverão ser apresentados somente pela proponente vencedora da fase de lances, após solicitação do*

³ Fl. nº 266

⁴ Fl. nº 91 a 95

⁵ Fl. nº 228/verso

⁶ Fl. nº 172



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Pregoeiro, atendendo o Comunicado BEC 04/2016, na forma indicada no subitem 5.18.1 deste edital.” (grifo nosso)

O Edital prevê no subitem 4.2.1 o **destaque** do valor correspondente ao BDI e não a sua composição, conforme alegado pela impugnante.

Conforme informado pela área técnica, o escopo da contratação são serviços de engenharia e, dessa forma, pertinente a solicitação de BDI que, de acordo com a definição consagrada na literatura especializada, apresenta-se por meio de percentual a ser aplicado sobre os custos diretos e tem por finalidade mensurar as parcelas do preço dos serviços que incidem indiretamente na execução do objeto, tais como: a) custos indiretos; b) remuneração ou lucro da empresa contratada; e c) tributos incidentes sobre o faturamento. Dessa forma, cabe à licitante a formação de seus custos.

3. Das sanções de multa

O Item 11.2.1 do Edital estipula elevados percentuais de multa. Saliente-se que a ora impugnante participa constantemente de licitações, sendo de praxe os editais estabelecerem as multas no patamar máximo de 10% (dez por cento) do valor da parcela em atraso, para que não seja desvirtuado o seu caráter exclusivamente inibitório.

Dessa forma, a impugnante requer que seja estabelecido que os percentuais de multa previstos no Edital, ainda que somados, nunca ultrapassem o patamar máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação descumprida.

Resposta:

Cabe relacionar o exposto no subitem 12.2.1 do Edital⁷:

“12.2.1. A Contratada, além das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, estará sujeita, ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:

a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um ponto percentual) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;

b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois ponto percentual), sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

b.1) os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato, para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, à critério da Unicamp;

⁷ Fl. nº 176/verso



c) multa pelo descumprimento de cláusula constante no edital ou no instrumento contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte inexecutada;

f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual.”

O Edital prevê no subitem 12.2.1 as possibilidades de multa para cada caso de inadimplemento, porém, a partir da alínea “b.1” há a inclusão da palavra “até” antes do percentual máximo admitido, o qual está de acordo com o estabelecido na Portaria GR nº 248/98, sendo que cada caso será analisado pontualmente para a decisão do percentual a ser aplicado à contratada, em caso de não cumprimento das condições assumidas.

4. Do prazo de vigência e de execução

O subitem 4.3, alínea “a” do Contrato de Execução estipula prazo de 270 (duzentos) dias para início, término e entrega do serviço de instalação do elevador, contados a partir do dia determinado na reunião de liberação de início da obra.

Ressalta-se que o Edital estabeleceu, injustificadamente, período de tempo muito curto para que a Contratada consiga executar todo o complexo objeto da presente licitação. Com efeito, tal prazo não condiz com a complexidade do objeto deste certame, que requer a fabricação de inúmeros componentes, em conformidade com as características de diversos locais. Data vênua, não é conveniente que a Administração Pública restrinja o caráter competitivo do certame e, assim, deixe de obter a proposta mais vantajosa, sem justo motivo, em razão da fixação de prazo extremamente exíguo para a licitante vencedora executar os serviços.

Desse modo, requer a Elevadores Atlas Schindler que seja alterado o prazo constante para, pelo menos, 300 dias, que é o tempo necessário para executar os serviços licitados.

Resposta:

Cabe relacionar o exposto na subcláusula 4.3 do instrumento contratual:

“4.3. Na execução do Contrato serão observados os seguintes prazos:

a) 270 (duzentos) dias para início, término e entrega do serviço de instalação do elevador, contados a partir do dia determinado na reunião de liberação de início da obra;



b) 10 (dez) dias para o recebimento provisório;

c) 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo;

d) o prazo total para a entrega dos Projetos Executivos de estrutura da laje de cobertura do elevador, inclusive Memoriais Descritivos, é de 20 (vinte) dias contados a partir do início da execução da obra previsto na letra “a” supra, conforme cronograma abaixo:

d.1) elaboração e entrega dos projetos executivos: até 10 (dez) dias contados do início da execução da obra previsto na letra “a”;

d.2) aprovação dos projetos executivos completos: até 05 (cinco) dias contados da data de sua entrega, durante os quais o projetista poderá ser convocado a prestar esclarecimentos ou efetuar correções; e,

d.3) entrega total dos projetos executivos e seus respectivos memoriais: até 05 (cinco) dias contados da data de sua aprovação, nos termos da letra “d.2” supra.”

Consultada a área técnica⁸, esta informou que, conforme obras similares executadas na Unicamp, o prazo de execução de 270 dias é viável.

5. Do prazo de recebimento provisório

Dispõe o subitem 4.3, alínea “c” do Contrato de Execução que o Prazo de Recebimento Provisório é de 90 dias. Torna-se importante salientar que o prazo estipulado é extremamente longo. Assim, a Atlas Schindler requer que o item em comento seja modificado, prevendo-se o prazo de 30 dias.

Resposta:

Na alínea “c” da subcláusula 4.3 do instrumento contratual, o prazo indicado é de recebimento definitivo (90 dias), não provisório. O prazo de recebimento provisório é de 10 dias, conforme alínea “b”.

6. Da elaboração de projeto executivo

Dispõe o subitem 4.3, alínea “d.1” do Contrato de Execução que o Projeto Executivo do respectivo elevador deverá ser entregue à Contratante, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Torna-se importante salientar que o prazo estipulado é extremamente exíguo. Assim, a Atlas Schindler requer que o item em comento seja modificado, prevendo-se o prazo de 30 dias, para o fornecimento do projeto executivo.

Resposta:

⁸ Fls. nº 266 a 269



FLS
NÚMERO 01-P-11048/2017
RUBRICA

Conforme dispõe a alínea “d.1” da subcláusula 4.3 do instrumento contratual, o prazo para elaboração do projeto é de 10 dias a contar do início da obra e não da data de assinatura do contrato, o qual é tecnicamente exequível considerando o projeto executivo em questão, conforme informação da área técnica⁹.

7. Do prazo para entrega dos memoriais

Dispõe o subitem 4.3, alínea “d.3” do Contrato de Execução que a entrega total dos projetos executivos e seus respectivos memoriais deverá ocorrer até 05 (cinco) dias contados da data de sua aprovação. Torna-se importante salientar que o prazo estipulado é extremamente exíguo. Assim, a Atlas Schindler requer que o item em comento seja modificado, prevendo-se o prazo de 20 dias para o fornecimento do projeto executivo.

Resposta:

Conforme dispõe a alínea “d.3” da subcláusula 4.3 do instrumento contratual, os prazos estabelecidos no subitem são tecnicamente exequíveis considerando o projeto executivo em questão, informação da área técnica¹⁰.

8. Da forma de pagamento

A forma de pagamento prevista no subitem 6.1 Contrato de Execução merece reparo. O cronograma físico-financeiro proposto poderá onerar demais a Contratada, que estará obrigada a adquirir e dispor antecipadamente de materiais e serviços sem a contraprestação necessária nas primeiras etapas do contrato.

Para que a empresa possa fornecer e instalar elevadores, torna-se necessário um investimento inicial de, pelo menos, 40% (quarenta por cento) do valor dos equipamentos, que sempre é arcado por quem encomenda os produtos. Isso porque existem diversas fases onerosas do serviço, que precedem a fase de entrega e instalação dos equipamentos fabricados, sendo elas: (i) registro da ART no CREA; (ii) elaboração dos projetos de instalação; (iii) aprovação dos projetos nos órgãos municipais e/ou estaduais competentes, (iv) fabricação dos componentes; e (v) transporte e recebimento do material fabricado.

Dessa maneira, caso seja mantida a forma de pagamento ora impugnada, as licitantes que puderem participar do certame, nas referidas condições, serão forçadas a aumentar o valor de suas propostas, a fim de que sejam compensadas pelo grande período em que ficarão sem receber uma remuneração condizente pela fabricação dos elevadores e escadas.

Isto posto, requer a Atlas Schindler que seja alterada a forma de pagamento ora impugnada, para que a contratada seja remunerada de maneira mais equânime.

⁹ Fls. nº 266 a 269

¹⁰ Fls. nº 266 a 269



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Resposta:

Segue o exposto na subcláusula 6.1 do instrumento contratual:¹¹ e no item 3.1 da planilha orçamentária¹², respectivamente:

“6.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data de cada medição e sua aprovação, mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes sendo vedada a colocação em cobrança ou sua negociação junto às instituições financeiras (Cláusula não a ordem), ou negociação com outras empresas.”

“Item 1: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR elétrico com 3 paradas, portas unilaterais, sem casa de máquinas, conforme especificações constantes do Documento Técnico nº. 17/2014 da Equipe de Elevadores da CEMEQ da UNICAMP anexo.”

Considerando que o item 3.1 da planilha orçamentária refere-se ao “fornecimento e instalação de elevador”, esclarecemos que a medição e aceite deste item referente ao elevador somente será possível após a conclusão da instalação do mesmo, realização de testes e aceite final pela equipe técnica da Unicamp.

Conforme item 2.2 do Adendo I, considerar a inclusão da subcláusula 6.1.1 no instrumento contratual: *“O prazo de pagamento do fornecimento e instalação do elevador será de 15 (quinze) dias contados da data da entrega final e sua aprovação, mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes sendo vedada a colocação em cobrança ou sua negociação junto às instituições financeiras (Cláusula não a ordem), ou negociação com outras empresas.”*

9. Da apresentação da folha de pagamento e discriminação dos salários dos empregados e 10. Da apresentação de cópias da GFIP e da GPS

O subitem 6.2, alínea “c”, do Contrato de Execução exige que a Contratada apresente “cópia da folha de pagamento”.

Data vênua, para a Contratante saber se a Contratada tem cumprido suas obrigações trabalhistas, não se faz necessária a divulgação do salário de seus empregados, informação que envolve uma política de sigilo da empresa.

Desse modo, sob pena de violação aos princípios da competitividade e razoabilidade, requer que seja alterada a redação do dispositivo citado, para que se passe a exigir da contratada, em substituição da apresentação da folha de pagamento dos empregados, certidão negativa de débitos salariais, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

De acordo com o subitem 6.2, alínea “e” do contrato, juntamente com a documentação de cobrança, a Contratada deverá apresentar comprovação dos recolhimentos legais (INSS e FGTS) efetuados no mês anterior ao faturamento, como condição de liberação dos pagamentos. Porém, a

¹¹ Fl. nº 227/verso

¹² Fl. nº 194



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Atlas Schindler está dispensada de elaborar guias de recolhimento de contribuições para o FGTS e INSS com informações relativas aos tomadores de serviços com utilização do código de recolhimento próprio da atividade, tendo em vista que as atividades de fornecimento e instalação de elevadores e escadas rolantes são realizadas por técnicos/profissionais que prestam serviços a várias empresas e condomínios, alternadamente, no mesmo período, o que inviabiliza, assim, a individualização da remuneração desses segurados por tarefa ou por serviço contratado.

Sendo assim, requer a alteração das exigências ora combatidas, uma vez que as mesmas não são aplicáveis às empresas fabricantes de elevadores, permitindo-se à Contratada comprovar a regularidade do recolhimento das Contribuições Sociais, mediante a apresentação de certidões negativas de débito.

Resposta:

Cabe relacionar o exposto nas alíneas “c” e “e” da subcláusula 6.2 do instrumento contratual¹³:

“6.2. É condição à realização do pagamento a entrega, pela Contratada, na Divisão de Contratos/DGA, no prazo de até 3 (três) dias contados da data de aprovação da medição, os seguintes documentos:

c) cópia da folha de pagamento;

e) recolhimentos legais (INSS e FGTS) efetuados no mês anterior ao faturamento, como condição de liberação dos pagamentos;”

A Lei 8.666/93 dispõe, no art. 71, que o “Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato” e, ainda em seus artigos 58 e 67, cria à Administração o poder-dever de fiscalização dos contratos.

Segundo Sérgio Pinto Martins¹⁴, “o terceirizante pode estabelecer no contrato de prestação de serviços, que o terceiro, para o pagamento de sua remuneração, comprove os recolhimentos devidos ao INSS, FGTS, Cofins, PIS, Imposto de Renda na fonte, recibo de pagamento dos funcionários e outras verbas trabalhistas, sob pena de não liberar ao terceirizado o pagamento dos serviços prestados”.

A folha de pagamento dos funcionários torna-se imprescindível para a averiguação das informações referentes à função, salário, verbas, situação, encargos, dentre outras, e ainda, para a confirmação se os funcionários alocados na execução dos serviços constam da folha de pagamento e, conseqüentemente, do arquivo SEFIP¹⁵, conforme IN 971/09.

¹³ Fl. nº 227/verso

¹⁴ Em “A Terceirização e o Direito do Trabalho”, Editora Atlas, 9ª Edição.

¹⁵ SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) é um aplicativo desenvolvido pela Caixa Econômica Federal, que permite ao empregador/contribuinte consolidar os dados cadastrais e financeiros da empresa e seus empregados, bem como repassá-los ao FGTS e à Previdência Social.



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Deste modo, entendemos que a exigência do item ora impugnado não propicia a quebra do sigilo da empresa em relação aos salários, apenas viabiliza a fiscalização contratual necessária.

De acordo com o subitem 6.2, alínea “e” do Contrato de Execução, juntamente com a documentação de cobrança, a Contratada deverá apresentar comprovação de: *“recolhimentos legais (INSS e FGTS) efetuados no mês anterior ao faturamento, como condição de liberação dos pagamentos;”*

As exigências contratuais referentes aos recolhimentos das contribuições previdenciárias são pertinentes ao escopo da presente contratação, quais sejam, serviços de engenharia.

11. Da impossibilidade de retenção para o INSS

De acordo com o subitem 6.5 do Contrato de Execução: *“Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”, conforme determina o art. 126 da Instrução Normativa citada no subitem anterior.”*

Cabe ressaltar que a retenção da contribuição social para o INSS não se configura correta para o objeto do contrato em questão. Com efeito, os artigos 115 e 118, inciso XIV, da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, estabelecem as condições necessárias à retenção da contribuição previdenciária, que podem ser resumidas em dois principais requisitos: (i) cessão de mão-de-obra; e (ii) colocação de equipe à disposição da contratante.

É evidente que, na prestação de serviços de manutenção de elevadores, a contratada não coloca trabalhadores à disposição da contratante, conforme exigência do artigo 118, inciso XIV, da IN RFB nº 971/2009, sendo, portanto, incabível a referida retenção. Cumpre ressaltar, inclusive, que a Circular 01-600.1, n. 46, de 24/06/99 do INSS (não publicada) exclui, expressamente, os serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, em especial de elevadores, da retenção sob análise.

Assim, requer a impugnante que seja excluída a exigência de retenção da contribuição para a Previdência Social, no contrato em questão.

Resposta:

Cabe relacionar o exposto na subcláusula 6.5 do instrumento contratual¹⁶:

“6.5. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”, conforme determina o art. 126 da Instrução Normativa citada no subitem anterior.”

Considerando o objeto da contratação, observando o Inciso III do Artigo 142 da Instrução Normativa RFB 971/09, tem-se que a presente contratação é passível de retenção na fonte do

¹⁶ Fl. nº 227/verso



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

imposto INSS com alíquota de 11%. Ademais, esse tipo de serviço está discriminado no Anexo VII desta Instrução Normativa que orienta quais os tipos de serviços que são passíveis de retenção na fonte. Segue abaixo texto para apreciação:

“4329-1/03 INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, EXCETO DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA (SERVIÇO) Esta Subclasse compreende: - a montagem, instalação e reparação de equipamentos incorporados às construções, como elevadores, escadas e esteiras rolantes, portas automáticas e giratórias, etc., por unidades especializadas, exceto quando realizada pelo próprio fabricante.”

Acrescentamos que a não retenção do tributo fica condicionada a prestação do serviço ser realizada pelo próprio fabricante.

12. Dos danos

O subitem 6.5 do Contrato de Execução prevê que: *“Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”, conforme determina o art. 126 da Instrução Normativa citada no subitem anterior.”*

Data vênua, o referido dispositivo viola a lei de regência, na medida em que amplia a responsabilidade da Contratada por todo e qualquer dano causado à Universidade ou a terceiros.

O art. 70 da Lei nº 8.666/93 limita, todavia, a responsabilidade da Contratada aos danos diretos, causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo. E limitar a responsabilidade da Contratada aos danos diretos, decorrentes de sua culpa ou dolo, em nada diminui o dever desta de prestar o serviço licitado adequadamente e de forma responsável. Tal limitação visa, tão somente, evitar que a Contratada seja responsabilizada por danos aos quais não deu causa.

Nesse contexto, requer a impugnante seja alterado o subitem acima transcrito, e os demais, seja do Edital, seja dos anexos, que contenham disposição semelhante.

Resposta:

Conforme exposto na subcláusula 6.9 do instrumento contratual¹⁷:

“6.9. Os valores correspondentes a eventuais danos materiais, provocados por culpa dos funcionários da Contratada, serão objetos de desconto do seu pagamento, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório.” (grifo nosso)

O contido na referida subcláusula se refere tão somente aos danos decorrentes de sua culpa ou dolo, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 8.666/96. Ou seja, a empresa contratada não será responsabilizada por danos que não tenha dado causa.

¹⁷ Fl. nº 228



13. Da apresentação da ART referente ao contrato

Estabelece o subitem 7.4 do Contrato de Execução que a Contratada deverá apresentar: *“Guia de Recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao CAU, no original ou por cópia autenticada, referente à execução da obra, constando o nome, local e área da obra, bem como o número do processo licitatório da Contratante.”*

Todavia, por motivos alheios à vontade da Contratada, tal prazo pode se mostrar insuficiente, uma vez que o atendimento do mesmo depende do CREA. O certo é que não se deve estabelecer prazos fixos para o atendimento de exigências que não dependam das partes contratantes.

Dessa forma, requer a Atlas Schindler a exclusão de tal prazo, para que o mesmo possa ser flexibilizado, ou que, alternativamente, seja ele estendido para, no mínimo, 70 dias úteis.

Resposta:

Cabe relacionar o exposto na subcláusula 7.4 do instrumento contratual¹⁸:

“7.4. Apresentar, antes de iniciar qualquer atividade:

7.4.1. Guia de Recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao CAU, no original ou por cópia autenticada, referente à execução da obra, constando o nome, local e área da obra, bem como o número do processo licitatório da Contratante.”

Antes de iniciar qualquer atividade na obra é necessário o recolhimento da ART, a fim de atender à legislação vigente.

14. Das obras civis

O subitem 7.5 do Contrato de Execução dispõe que dentre os serviços licitados haverá a realização de adequações e obras civis.

As empresas do ramo de elevadores não possuem “know how” para execução de obras civis. Tais serviços devem ser executados por empresas do ramo da construção civil, que têm inscrição própria no CREA. Dessa forma, as obrigações da Contratada devem ser única e exclusivamente relativas aos serviços de fornecimento, instalação e substituição dos elevadores, que são as parcelas de maior relevância técnica.

Por essa razão, os dispositivos que tratam de sua responsabilidade pela realização de obras e adequações civis devem ser excluídos.

¹⁸ Fl. nº 228/verso



FLS
NÚMERO 01-P-11048/2017
RUBRICA

Resposta:

Cabe relacionar o exposto na subcláusula 7.5 do instrumento contratual¹⁹:

“7.5. Executar os serviços de obra civil em conjunto com os demais serviços necessários a sua conclusão, os quais serão coordenados pela Equipe de Fiscalização da Contratante”.

Conforme a referida subcláusula, a empresa de engenharia que for contratada deverá executar todos os serviços constantes do escopo da obra.

15. Da presença do engenheiro civil

O subitem 7.16.1 do Contrato de Execução exige: *“Manter no canteiro um engenheiro civil ou arquiteto, com a devida comprovação, que, na ausência do engenheiro ou do arquiteto ou urbanista responsável, responderá pelo mesmo perante a Equipe de Fiscalização.”*

Ocorre que, de acordo com o art. 1º c/c o art. 12, inciso I, da Resolução nº 218 de 1973 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, os serviços objeto da presente licitação somente poderão ser executados sob a responsabilidade técnica de Engenheiro Mecânico, sendo completamente dispensável a presença de um engenheiro civil no canteiro da obra.

Registre-se, ademais, que o art. 37, XXI, da CF admite exigências de qualificação técnica indispensáveis ao cumprimento do contrato.

Desse modo, requer a impugnante que seja alterado o dispositivo, para que dele passe a constar a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica somente em nome de Engenheiro Mecânico, nos estritos termos do art. 1º c/c art. 12, inciso I, da Resolução nº 218 do CONFEA.

Resposta:

Conforme exposto na subcláusula 7.16.1 do instrumento contratual²⁰:

“7.16.1. Manter no canteiro um engenheiro civil ou arquiteto, com a devida comprovação, que, na ausência do engenheiro ou do arquiteto ou urbanista responsável, responderá pelo mesmo perante a Equipe de Fiscalização.”

A referida subcláusula faz menção ao engenheiro civil ou arquiteto, com a devida comprovação, que na ausência do engenheiro ou do arquiteto ou urbanista responsável, **responderá pelo mesmo perante a equipe de fiscalização da obra como um todo**, conforme informação da área técnica²¹. Quanto à exigência de atestado, a questão foi esclarecida no item 1 deste documento.

¹⁹ Fl. nº 228/verso

²⁰ Fl. nº 229

²¹ Fl. nº 266 a 269



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

16. Do local da obra

O subitem 7.19, alíneas “b” e “e”, do Contrato de Execução dispõe que:

“b) instalação e manutenção do canteiro de obras, incluindo vestiários, sanitários e área de vivência, em conformidade com as normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

(...)

e) abrigo, guarda e manutenção de seus equipamentos.”

Todavia, deverá ser explicitado no Edital que a UNICAMP indicará o local onde serão localizadas essas instalações.

Resposta:

Conforme item 1 do Adendo I, foi incluído no Anexo I do Edital o documento “Localização do Canteiro de Obras”.

17. Da substituição de empregados

Estabelece o item 8.2 do Contrato de Execução que a Contratada deverá substituir, de imediato, a qualquer tempo e por determinação da Contratante, os empregados de sua equipe de trabalho que não atenderem às exigências do Contrato.

Esclarece, todavia, a licitante que seus empregados são cuidadosamente selecionados e treinados para bem realizar suas tarefas. Sendo assim, não é razoável que a Contratante exija a substituição imediata de um empregado, sem, ao menos, apresentar uma justificativa. Ademais, poderá, eventualmente, ser difícil a substituição imediata de um empregado, acarretando atraso na execução do serviço, em prejuízo da Administração Pública.

Por essa razão, requer a Impugnante que seja estabelecido um prazo razoável para substituição de qualquer empregado, após ser esclarecida (no interesse de todos) a razão do pedido de sua substituição.

Resposta:

Deverá ser observado o contido na subcláusula 8.2 do instrumento contratual²²:

“8.2. Determinar, por intermédio da Equipe de Fiscalização, o afastamento imediato de preposto ou de qualquer funcionário da Contratada, caso constate inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exaço, ato desabonador ou outros motivos, bem como subempreiteiras ou subcontratados que não satisfizerem as necessidades da obra.” (grifo nosso)

Ademais, a Contratada poderá discordar de qualquer ato praticado pela Equipe de Fiscalização, nos termos previstos na subcláusula 9.6 do instrumento contratual.

²² Fl. nº 230/verso



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

18. Da contratação de terceiros

De acordo com o subitem 9.3 do Contrato de Execução: “A Contratante poderá contratar outras empresas simultaneamente e para o mesmo local da obra, para a execução de obras e serviços distintos daqueles abrangidos por esse contrato. Nesse caso, a Contratada não poderá impor quaisquer dificuldades à introdução de materiais, equipamentos e pessoal na área, para a prestação destes serviços ou de concessionárias de serviços públicos.”

Deve ficar explícito no contrato que a realização de serviços diversos por terceiros não poderá de forma alguma prejudicar e embaraçar o serviço a ser realizado pela contratada.

Resposta:

Conforme exposto na subcláusula 9.3 do instrumento contratual a Contratante poderá contratar outras empresas simultaneamente e para o mesmo local da obra, para a execução de obras e serviços distintos daqueles abrangidos por esse contrato. Nesse caso, a Contratada não poderá impor quaisquer dificuldades à introdução de materiais, equipamentos e pessoal na área, para a prestação destes serviços ou de concessionárias de serviços públicos.

19. Da limitação à subcontratação

O subitem 9.11 do Contrato de Execução impõe que: “A subcontratação de parte do objeto do contrato poderá ser concretizada mediante prévia e expressa autorização da Contratante, sob pena de, assim não o fazendo, ficar a Contratada sujeita a multa de 10% do valor subcontratado.”

Com a devida vênia, essa não é a realidade das empresas do ramo de elevadores, que geralmente subcontratam alguns serviços, com vistas a melhor atender sua atividade-fim. Não pode a Universidade condicionar à sua prévia autorização a subcontratação de parte do serviço licitado, sem apresentar justificativa plausível para o ato.

Saliente-se, ademais, que, na subcontratação, não ocorre a cessão do objeto do contrato, mas, sim, a execução por terceiros de alguns serviços não relacionados à atividade-fim da contratada, permanecendo, portanto, inalterável o vínculo direto e imediato entre esta e a Administração Pública.

Sendo assim, da análise do objeto da presente licitação, verifica-se que eventuais serviços a serem realizados, nos elevadores, podem ser subcontratados, sem que isso acarrete qualquer prejuízo à Administração Pública, pois a responsabilidade técnica-operacional pela execução dos serviços subcontratados recai, exclusivamente, sobre a empresa contratada.

Acrescente-se, ainda, que essa licitação não possui motivo lógico, jurídico e operacional que justifique a limitação à subcontratação; ou seja, a presente licitação não trata de serviços que só possam ser executados pela pessoa do contratado, como nas hipóteses previstas no artigo 25, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93.



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Dessa maneira, não deve essa Universidade condicionar a subcontratação de parte do serviço licitado à sua prévia aprovação, sem apresentar justificativa plausível para o ato.

Outrossim, ressalte-se que a subcontratação de determinados serviços não implica em queda da qualidade do serviço, já que tais serviços são executados por empresas credenciadas e treinadas pelos fabricantes, possuidoras, portanto, de todo conhecimento necessário acerca da tecnologia aplicada.

Registre-se que a subcontratação de parcela dos serviços em questão poderá se mostrar indispensável para que a Contratada consiga executar todo o objeto contratado e, por isso, a exigência de submeter a subcontratação à prévia aprovação da Contratante, como previsto no Edital, poderá atrasar a execução dos serviços.

Diante disso, requer a Impugnante a alteração do Edital e de seus Anexos, para que se permita a subcontratação de alguns serviços, na execução do objeto licitatório, sem a prévia aprovação da Contratante.

Resposta:

Conforme exposto na subcláusula 9.11 do instrumento contratual, a subcontratação de parte do objeto do contrato poderá ser concretizada mediante prévia e expressa autorização da Contratante, sob pena de, assim não o fazendo, ficar a Contratada sujeita a multa de 10% do valor subcontratado.” (grifo nosso)

Na referida subcláusula está prevista a possibilidade de subcontratação de parte dos serviços, mediante autorização prévia e expressa da Contratante. Portanto, não há que se falar em vedação de subcontratação, mas apenas de submetê-la à autorização prévia da Contratante.

20. Da impossibilidade da prestação de serviço de manutenção gratuita

Estabelece o subitem 9.17 do Contrato de Execução que: *“No contrato de Fornecimento do Elevador, além da especificação completa do elevador, (fabricante, modelo, características específicas, etc), deverá estar incluído o Contrato de Manutenção Preventiva Mensal e Atendimento Emergencial. (...)”*

Todavia, os serviços de manutenção corretiva e preventiva não estão incluídos na garantia do serviço de instalação. A garantia oferecida pela Contratada abrange, apenas, a correção dos defeitos de fabricação e de instalação. A garantia mínima de um ano, somente abrange o fornecimento de peças que tenham sido danificadas por defeitos decorrentes de vício na fabricação ou instalação.

Por isso mesmo, é importantíssimo que o Edital passe a dispor que (a) a obrigação da cobertura de peças não abrange os componentes eventualmente danificados por negligência, mau trato, uso indevido ou abusivo dos equipamentos, assim como atos de terceiros (vandalismo), caso fortuito e força maior, circunstâncias essas impossíveis de serem previstas, pelas licitantes, no



momento da formulação de suas propostas; e (b) a manutenção preventiva e corretiva, no prazo de vigência da garantia, deverá ser remunerada.

Resposta:

Cabe relacionar o exposto na subcláusula 9.17 do instrumento contratual²³:

“9.17. No contrato de Fornecimento do Elevador, além da especificação completa do elevador, (fabricante, modelo, características específicas, etc), deverá estar incluído o Contrato de Manutenção Preventiva Mensal e Atendimento Emergencial (pessoas presas no elevador, por exemplo), no período de garantia do elevador (mínimo de 12 meses).”

A Unicamp, através do Documento Técnico nº 010/2017 do CEMEQ Elevadores²⁴, em seu objeto e item 2, deixa claro que está sendo contratado o serviço de conservação do elevador conforme Legislação Municipal de Campinas nº 9.953 de 28 de dezembro de 1998. Este serviço está previsto no item 3.2 da planilha orçamentária – Anexo I do Edital²⁵.

Portanto, todo e qualquer serviço realizado no período descrito no memorial, bem como peças ou componentes defeituosos, devem ser gratuitos. Quanto à sugestão da empresa de inserção do item “a” supra é entendimento técnico que não é escopo do Edital e do Documento Técnico nº 010/2017.

Ademais, conforme item 2.3 do Adendo I, considerar a exclusão das subcláusulas 9.17 e 9.18 do instrumento contratual.

21. Do prazo de solução

De acordo com o subitem 9.17 do Contrato de Execução: *“O prazo para manutenção corretiva em Garantia é de 24 horas, contado a partir da abertura do chamado técnico.”*

Cumprir informar que o prazo acima referido pode revelar-se completamente exíguo, dependendo do problema a ser solucionado ou da peça a ser substituída. Cabe ponderar, assim, que não se configura razoável estabelecer, de antemão, prazos máximos para solução das correções e fornecimento de peças, antes de serem verificadas a natureza e a gravidade de cada defeito, bem como as peculiaridades da peça a ser fornecida. Com efeito, dependendo da gravidade do problema ou da especificação do componente a ser substituído, o prazo fixado pode revelar-se demasiadamente insuficiente, na medida em que deverão ser examinados diversos fatores, em cada caso, tais como a necessidade de perícia, a disponibilidade ou não da peça em estoque, fabricação, expedição, transporte e etc.

Nesse contexto, faz-se necessário que seja excluído o referido prazo ou, em último caso, seja ele alterado para 5 (cinco) úteis, com a possibilidade de sua prorrogação, conforme justificativas a serem apresentadas pela Contratada, em cada caso.

²³ Fl. nº 232

²⁴ Fls. nº 183 a 191

²⁵ Fl. nº 194



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Resposta:

O item 2.2.4.8 do Documento Técnico nº 010/2017 do CEMEQ Elevadores dá especificidade e abrangência para os prazos de solução.

Ademais, conforme item 2.3 do Adendo I, considerar a exclusão das subcláusulas 9.17 e 9.18 do instrumento contratual.

22. Do prazo para atendimento de chamadas

O subitem 9.17 do Contrato de Execução dispõe que: *“No caso de Atendimentos Emergenciais, o prazo para atendimento do chamado é de 45 (quarenta e cinco) minutos quando houver pessoa(s) presa(s) no elevador.”*

A Elevadores Atlas Schindler Ltda possui plena consciência de que o atendimento a tais chamados deve ocorrer, no menor tempo possível. Todavia, o atendimento às chamadas não pode ser encarado como um recorde a ser atingido pela Contratada, a qual deverá se preocupar, principalmente, em realizar o serviço com segurança, tomando todas as cautelas de estilo. Por essa razão, é aconselhável, no caso de usuário retido no elevador, que seja acionado o Corpo de Bombeiros, que goza de privilégio de trânsito.

Desse modo, pugna-se pela exclusão do dispositivo em questão e dos demais do Edital e de seus anexos que tiverem redação semelhante.

Resposta:

O item 2.2.5 do Documento Técnico nº 010/2017 do CEMEQ Elevadores define as condições de atendimento das situações de emergência.

Ademais, conforme item 2.3 do Adendo I, considerar a exclusão das subcláusulas 9.17 e 9.18 do instrumento contratual.

23. Da inexistência de orçamento estimado

O Edital não apresenta o valor total estimado para contratação. Ocorre que a fixação do mesmo é imprescindível, nos termos da legislação em vigor. Nesse sentido, dispõem os artigos 9º, parágrafo segundo, e 17, caput, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Sendo assim, para viabilizar o êxito da licitação em apreço é imperioso que seja indicado o Valor Global Estimado da contratação em tela, sanando-se a omissão existente.

Resposta:

Cumpra esclarecer que a modalidade pregão, na forma eletrônica, é disciplinada por legislação própria, qual seja, Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 5.450/05, e que a Lei nº 8.666/93 é aplicada subsidiariamente, nos pontos em que aquela é omissa.



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

O inciso III do art. 3º da Lei nº 10.520/02 instrui que:

“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;” (grifo nosso)

Ou seja, não se faz obrigatória a publicação do valor de referência, devendo este apenas constar dos autos.

Cabe informar que a fim de subsidiar a elaboração das propostas pelas empresas interessadas em participar do certame, compõe a pasta técnica, entre outros elementos, o Modelo de Planilha Orçamentária com os quantitativos e unidades de medida.

Resta esclarecer, ainda, que o presente objeto possui padrão de desempenho e qualidade que foi objetivamente definido no edital e as especificações estabelecidas são usuais no mercado, conforme informação da área técnica.

Por fim, a não divulgação do preço referencial em pregão é estratégico para a Administração, com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa, buscando eficiência nos gastos públicos.

24. Conclusão

Diante do exposto, requer a impugnante que julgue procedente a presente impugnação, a fim de que sejam realizadas, no Edital e nos Anexos, as alterações acima mencionadas, ou, diante da impossibilidade de tais providências, determine a anulação da licitação em epígrafe, instaurando-se novo processo licitatório, com a reforma e adequação ora requeridas.

Diante do exposto, submeto ao conhecimento de V. Sa. para ciência e conhecimento da **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A**, quanto a sua essência e tempestividade, mas, no mérito, indeferi-la em sua totalidade, se de acordo, pelos motivos explanados.

Licitações, 14 de novembro de 2017.

Indefiro a presente impugnação conforme proposto.



Comunicados

sua conta

Procedimentos

Sanções

Catálogo

Relatórios

Sair

11:46:06



Número da OC 102201100592017OC00755 - Itens negociados pelo valor
total
Situação AGUARDANDO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

Ente federativo GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UC SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Fase Preparatória Edital e Anexos Pregão Gestão de Prazos Atos Decisórios

37087590871 Vania Aparecida Oliveira

[Voltar](#)

Impugnação

PAULO HENRIQUE TAVEIRA PALERMO

23/10/2017 11:34:15

CPF: 12052562885 Nome: PAULO HENRIQUE TAVEIRA PALERMO Endereço: RUA ALFREDO DA COSTA FIGO , 185-SANTA
CANDIDA Cidade: CAMPINAS CEP: 13087-534 Telefone: 19 3794-7043 E-mail: paulo.palermo@schindler.com

ILMO SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº 867/2017 DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

OFERTA DE COMPRA BEC/SP 102201100592017OC00755
PROCESSO nº 01-P-11048/2017

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA, empresa brasileira, regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 00.028.986/0001-08, com Matriz localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida do Estado, 6116, Cambuci, e filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.028.986/0054-10, Rua Alfredo da Costa Figo, 185 – Santa Candida – Campinas/SP. vem, por seu representante abaixo assinado, tempestivamente, apresentar IMPUGNAÇÃO ao Edital da licitação em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I – PRELIMINARMENTE: Da Tempestividade da Presente Impugnação

O prazo para as licitantes apresentarem Impugnação ao Edital é de até 2 (dois) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública.

Dessa forma, o prazo fatal para qualquer licitante apresentar impugnação aos termos do edital da presente licitação é, inquestionavelmente, 23/10/2017, dois dias úteis antes do dia 25/10/2017.

Sendo assim, a presente impugnação, oferecida nesta data, é tempestiva.

II – DO OBJETO LICITATÓRIO

O processo de licitação em epígrafe, na modalidade Pregão Eletrônico, tem por objeto a “contratação de empresa para o fornecimento e instalação de Elevador no LIB – Laboratório de Inovação em Biocombustíveis da INOVA – Agência de Inovação da UNICAMP”.

Todavia, o Edital da presente licitação possui algumas inconsistências, que, data venia, necessitam ser sanadas.

III - Da Ausência de Qualificação Técnica da Licitante

Como forma de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, o item 3.11 do Edital obriga a Contratada a apresentar:

“3.11. O Registro Cadastral Simplificado – RCS não substitui a documentação abaixo indicada, a qual deverá ser apresentada pelo autor da oferta de melhor preço, mediante solicitação do Pregoeiro, nos termos do subitem 5.19:

- a) registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;
- b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.”

Verifica-se, porém, que essa r. Universidade não exige das empresas interessadas em participar do certame a apresentação de qualquer documento relativo à sua qualificação técnica, sem o que a presente licitação, data venia, é improsperável.

Além disso, de acordo com o art. 1º c/c o art. 12, inciso I, da Resolução nº 218 de 1973 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, os serviços objeto da presente licitação somente poderão ser executados sob a responsabilidade técnica de Engenheiro Mecânico.

Segundo Marçal Justen Filho, os requisitos para os interessados participarem da licitação são denominados “condições de participação”, as quais podem ser classificadas em “genéricas” e “específicas”.

As condições de participação específicas são aquelas fixadas no ato convocatório, em função das características peculiares a cada objeto licitado.

Por sua vez, segundo o ilustre doutrinador, as condições de participação genéricas são:

“aquelas exigidas no texto da lei para toda e qualquer licitação, independentemente das circunstâncias de uma situação concreta.” (O destaque não é do original)

E, conforme prescreve o art. 27 da Lei nº 8.666/93:

“Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

(...)

II - qualificação técnica;”

(O destaque não é do original)

Tratam-se, portanto, de exigências legais, impostas a todos os interessados em participar da licitação, e em especial à Administração Pública, que, como se sabe, está adstrita ao princípio da legalidade.

Sendo assim, os licitantes devem comprovar estarem habilitados em todos os aspectos delineados no artigo 27, supra transcrito, para que possam participar do certame.

Com relação à qualificação técnica, dispõe o art. 30, II, §1º da Lei 8666/93 que:

“Art.30: A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (...)

§ 1º - A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;” (O destaque não é do original)

Examinando o referido dispositivo, Marçal Justen Filho consigna que:

"Excluir a possibilidade de requisitos acerca da capacitação técnico-profissional conduz, em termos gerais, a colocar em risco o interesse público."

Sabe-se, ademais, que o serviço de instalação de elevadores é considerado de engenharia e, devido sua complexidade, exige-se alta qualificação dos profissionais destinados às suas execuções (Resolução nº 218 de 1973 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia).

Por esse motivo, data venia, os documentos que comprovam a qualificação técnica devem ser exigidos de todas as licitantes.

Acrescente-se, por fim, que Incluir tal exigência é conferir estrito cumprimento à prescrição constante do art. 37, XXI, da CF, segundo o qual as exigências de qualificação técnica e econômica devem ser as mínimas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, com vistas a assegurar o mínimo de segurança para a Contratante.

Por conseguinte, no resguardo do interesse público, e por não se tratar de exigência desnecessária ou meramente formal, essa Universidade deverá incluir, no item 3.11 do Edital, exigências relativas à apresentação de certidão de registro no CREA, atestados de capacidade técnica da Licitante e de seu Responsável Técnico, em nome de um Engenheiro Mecânico.

IV - Da Composição do BDI

No subitem 4.2.1 do Edital há referência ao BDI (Benefício e Despesas Indiretas).

A Lei nº 8.666/93, no artigo 3º, faz expressa menção ao princípio da legalidade, dispondo que a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com ele e outros princípios fundamentais.

Sendo assim, a exigência de encaminhamento da composição do BDI prevista no Edital não tem amparo legal.

Essa exigência vem sendo feita em casos de terceirização de mão-de-obra, ou seja, de serviços de limpeza e vigilância, face ao disposto no acórdão 2.369/2011 do TCU, mas não encontra lugar, nas licitações de serviço fornecimento de elevadores.

Saliente-se que, ao fixar o valor estimado do serviço, a Administração Pública adotou todas as providências necessárias à realização da licitação, nada mais havendo a fazer, a não ser cumprir o disposto na Instrução Normativa nº 02, de 11.10.2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, no seu art. 46 dispõe expressamente que:

Art. 46. Os editais não poderão conter cláusulas que excedam às exigências contidas nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993, salvo quando os assuntos estiverem previstos em legislação específica.

Importante destacar, também, que o próprio TCU não está exigindo da Licitantes a apresentação da composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, conforme pode ser verificado no Edital do Pregão Eletrônico nº 92/2014 Em anexo, com sessão publica realizada em 08/12/2014.

Ou seja, o próprio Tribunal de Contas da União possui entendimento contrário ao estabelecido no presente Edital.

Sendo assim, a Impugnante requer que seja excluído o item apontado, assim como qualquer outro que possua redação semelhante.

V - Das Sanções de Multa

O Item 11.2.1 do Edital prevê:

- a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um ponto percentual) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois ponto percentual), sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
- b.1) os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato, para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, à critério da Unicamp;
- c) multa pelo descumprimento de cláusula constante no edital ou no instrumento contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;
- d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;
- e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte inexecutada;
- f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual.

Data venia, os dispositivos acima transcritos estipulam elevados percentuais de multa.

Saliente-se que a ora impugnante participa constantemente de licitações, sendo de praxe os editais estabelecerem as multas no patamar máximo de 10% (dez por cento) do valor da parcela em atraso, para que não seja desvirtuado o seu caráter exclusivamente inibitório.

Por isso, a referida exigência viola o princípio da razoabilidade, tendo em vista que impõe sanção em medida superior àquela estritamente necessária ao atendimento do interesse público.

O princípio da razoabilidade deriva do princípio do devido processo legal substantivo e se resume, simplesmente, na adequação entre o meio empregado e o fim a que se destina determinada medida imposta por quaisquer esferas do Poder, isto é, ele se afigura como limite à discricionariedade dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Com relação à Administração Pública Federal, sua vinculação ao referido princípio é expressa no art. 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 9.784/99 (que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal).

Dessa forma, requer seja estabelecido que os percentuais de multa previstos no Edital, ainda que somados, nunca ultrapassem o patamar máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação descumprida.

VIII - Do Prazo de Vigência e de Execução

O subitem 4.3, alínea "a" do Contrato de Execução estipula prazo de:

" a) 270 (duzentos) dias para início, término e entrega do serviço de instalação do elevador, contados a partir do dia determinado na reunião de liberação de início da obra;" (o destaque não é do original)

Cabe ressaltar que o Edital estabeleceu, injustificadamente, período de tempo MUITO CURTO, para que a Contratada consiga executar todo o complexo objeto da presente licitação.

Com efeito, tal prazo não condiz com a complexidade do objeto deste certame, que requer a fabricação de inúmeros componentes, em conformidade com as características de diversos locais.

A título de curiosidade, vale ressaltar que um elevador tem, em média, mais de 20.000 (vinte mil) peças.

Data venia, não é conveniente que a Administração Pública restrinja o caráter competitivo do certame e, assim, deixe de obter a proposta mais vantajosa, sem justo motivo, em razão da fixação de prazo extremamente exíguo para a licitante vencedora executar os serviços.

Portanto, tal circunstância viola o disposto no art. 3º, §1º, I, da Lei nº 8666/93, que veda aos agentes públicos "admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo".

Dessa maneira, a referida exigência infringe, também, o princípio da razoabilidade, tendo em vista que impõe restrição em medida superior àquela estritamente necessária ao atendimento do interesse público.

O princípio da razoabilidade deriva do princípio do devido processo legal substantivo e implica, simplesmente, na adequação entre o meio empregado e o fim a que se destina determinada medida imposta por qualquer esfera do Poder, isto é, se afigura como limite à discricionariedade dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Com relação à Administração Pública Federal, sua vinculação ao referido princípio é expressa no art. 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 9.784/99 (que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), abaixo transcrito:

"Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;"
(O destaque não é do original)

Desse modo, requer a Elevadores Atlas Schindler seja alterado o prazo constante para, pelo menos, 300 dias que é o tempo necessário para executar os serviços licitados.

IX – Do Prazo de Recebimento Provisório

Dispõe o subitem 4.3, alínea "c" do Contrato de Execução que o Prazo de Recebimento Provisório é de 90 dias.

Torna-se importante salientar que o prazo estipulado é extremamente longo.

Assim, a Atlas Schindler requer que o item em comento seja modificado, prevendo-se o prazo de 30 dias.

X - Da Elaboração de Projeto Executivo

Dispõe o subitem 4.3, alínea "d.1" do Contrato de Execução que o Projeto Executivo do respectivo elevador deverá ser entregue à Contratante, no prazo de 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato.

Torna-se importante salientar que o prazo estipulado é extremamente exíguo.

Assim, a Atlas Schindler requer que o item em comento seja modificado, prevendo-se o prazo de 30 dias, para o fornecimento do projeto executivo.

XI – Do Prazo para Entrega dos Memoriais

Dispõe o subitem 4.3, alínea "d.3" do Contrato de Execução que a entrega total dos projetos executivos e seus respectivos memoriais deverá ocorrer até 05 (cinco) dias contados da data de sua aprovação

Torna-se importante salientar que, o prazo estipulado é extremamente exíguo.

Assim, a Atlas Schindler requer que o item em comento seja modificado, prevendo-se o prazo de 20 dias, para o fornecimento do projeto executivo.

XII - Da Forma de Pagamento

a) Do cronograma físico-financeiro

A forma de pagamento prevista no subitem 6.1 Contrato de Execução merece reparo, conforme se passa a demonstrar abaixo.

O cronograma físico-financeiro proposto nos dispositivos mencionados acima poderá onerar demais a Contratada, que estará obrigada a adquirir e dispor antecipadamente de materiais e serviços, sem a contraprestação necessária nas primeiras etapas do contrato.

Saliente-se que ora impugnante, assim como as demais empresas do ramo, possui como prática a adoção do sistema denominado "just in time" - modelo de gestão da produção no qual os insumos são fornecidos no momento em que são processados.

Esse sistema veio substituir o "just in case", em que grandes quantidades de materiais e produtos eram estocados, para ficarem disponíveis quando fossem necessários ao processo produtivo.

O principal objetivo do "just in time" é a diminuição dos estoques e a conseqüente redução de custos, possibilitando que o capital de giro não fique "empitado".

A produção baseada no "just in time" é puxada (pull system), isto é, um produto só é fabricado quando for feito um pedido de compra por parte do cliente. Sendo assim, é ativada uma reação em cadeia para trás, que vai até a requisição dos insumos necessários à produção junto aos fornecedores.

Assim, para que a empresa possa fornecer e instalar elevadores, torna-se necessário um investimento inicial de, pelo menos, 40% (quarenta por cento) do valor dos equipamentos, que sempre é arcado por quem encomenda os produtos.

Isso porque existem diversas fases onerosas do serviço, que precedem a fase de entrega e instalação dos equipamentos fabricados, sendo elas: (i) registro da ART no CREA; (ii) elaboração dos projetos de instalação; (iii) aprovação dos projetos nos órgãos municipais e/ou estaduais competentes, (iv) fabricação dos componentes; e (v) transporte e recebimento do material fabricado.

Com efeito, tão logo assine o contrato, a Contratada terá que mobilizar mão-de-obra e incorrer em inúmeros custos para a fabricação dos componentes, não sendo justo, nem razoável que fique sem receber durante tanto tempo o valor devido, a despeito de toda sua dedicação e empenho.

Dessa maneira, caso seja mantida a forma de pagamento ora impugnada, as licitantes que puderem participar do certame, nas referidas condições, serão forçadas a aumentar o valor de suas propostas, a fim de que sejam compensadas pelo grande período em que ficarão sem receber uma remuneração condizente pela fabricação dos elevadores e escadas.

É certo que o desequilíbrio contratual a que estará submetida a Contratada reduzirá o número de licitantes e, consequentemente, impedirá a Administração de obter a proposta mais vantajosa, violando, por conseguinte, o art. 3º, §1º, I, da Lei 8666/93.

Isto posto, requer a Atlas Schindler seja alterada a forma de pagamento ora impugnada, para que a contratada seja remunerada de maneira mais equânime, adotando-se, de preferência, o cronograma de pagamento abaixo sugerido:

- 1ª parcela : 40% - Na entrega dos desenhos de montagem.
- 2ª parcela : 20 % - 60 dias da entrega dos desenhos de montagem.
- 3ª parcela : 20 % - na entrega dos materiais na obra.
- 4ª parcela : 10 %- início da montagem.
- 5ª parcela : 10 % - término da montagem e recebimento pela UNICAMP.

XIII – Da Apresentação da Folha de Pagamento e Discriminação dos Salários dos Empregados

O subitem 6.2, alínea “c”, do Contrato de Execução exige que a Contratada apresente “cópia da folha de pagamento”.

Data venia, para a Contratante saber se a Contratada tem cumprido suas obrigações trabalhistas, não se faz necessária a divulgação do salário de seus empregados, informação que envolve uma política de sigilo da empresa.

Outrossim, os profissionais que executam serviços de fornecimento de elevadores são lotados por área de atuação. Como é sabido, os técnicos das empresas do ramo trabalham, em sistema de rodízio, atendendo simultaneamente a vários clientes.

Com efeito, a finalidade da exigência ora impugnada pode ser alcançada por meio próprio, mais eficaz, menos burocrático e menos dispendioso, que é a apresentação de certidão negativa de débitos salariais, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Desse modo, sob pena de violação aos princípios da competitividade e razoabilidade, requer seja alterada a redação do dispositivo citado, para que se passe a exigir da contratada, em substituição da apresentação da folha de pagamento dos empregados, certidão negativa de débitos salariais, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

XIV – Da Apresentação de Cópias da GFIP e da GPS

De acordo com o subitem 6.2, alínea “e” do Contrato de Execução, juntamente com a documentação de cobrança, a Contratada deverá apresentar comprovação do:

“recolhimentos legais (INSS e FGTS) efetuados no mês anterior ao faturamento, como condição de liberação dos pagamentos;”
(o destaque não é do original)

Saliente-se, no entanto, que, as empresas do ramo de elevadores e escadas rolantes não são obrigadas a apresentar, discriminadamente, por local de prestação de serviços, comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias, porque elas realizam, através da matriz, o recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS de forma global, ou seja, com base em suas folhas de pagamento.

Com efeito, a Atlas Schindler está dispensada de elaborar guias de recolhimento de contribuições para o FGTS e INSS com informações relativas aos tomadores de serviços com utilização do código de recolhimento próprio da atividade, tendo em vista que as atividades de fornecimento e instalação de elevadores e escadas rolantes são realizadas por técnicos/profissionais que prestam serviços a várias empresas e condomínios, alternadamente, no mesmo período, o que inviabiliza, assim, a individualização da remuneração desses segurados, por tarefa ou por serviço contratado.

Trata-se de estrita aplicação do art. 135 da IN RFB nº 971/2009, que assim disciplina:

“Art. 135. A empresa contratada fica dispensada de elaborar folha de pagamento e GFIP com informações distintas por estabelecimento ou obra de construção civil em que realizar tarefa ou prestar serviços, quando, comprovadamente, utilizar os mesmos segurados para atender a várias empresas contratantes, alternadamente, no mesmo período, inviabilizando a individualização da remuneração desses segurados por tarefa ou por serviço contratado.

Parágrafo único. São considerados serviços prestados alternadamente, aqueles em que a tarefa ou o serviço contratado seja executado por trabalhador ou equipe de trabalho em vários estabelecimentos ou várias obras de uma mesma contratante ou de vários contratantes, por etapas, numa mesma competência, e que envolvam os serviços que não compõem o Custo Unitário Básico (CUB), relacionados no Anexo VIII.”
(O destaque não é do original)

Sendo assim, requer a Elevadores Atlas Schindler Ltda a alteração das exigências ora combatidas, uma vez que as mesmas não são aplicáveis, às empresas fabricantes de elevadores, permitindo-se à Contratada comprovar a regularidade do recolhimento das Contribuições Sociais, mediante a apresentação de certidões negativas de débito.

XV - Da Impossibilidade de Retenção para o INSS

De acordo com o subitem 6.5 do Contrato de Execução:

“6.5. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”, conforme determina o art. 126 da Instrução Normativa citada no subitem anterior”

Cabe ressaltar que a retenção da contribuição social para o INSS não se configura correta, para o objeto do contrato em questão.

Com efeito, os artigos 115 e 118, inciso XIV, da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, estabelecem as condições necessárias à retenção da contribuição previdenciária, que podem ser resumidas em dois principais requisitos: (i) cessão de mão-de-obra; e (ii) colocação de equipe à disposição da contratante:

Art. 115. Cessão de mão-de-obra é a colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com sua atividade fim, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário na forma da Lei nº 6.019, de 1974."

(O destaque não é do original)

"Art. 118 - Estarão sujeitos à retenção, se contratados mediante cessão de mão-de-obra, observado o disposto no art. 149, os serviços de:

(...)

XIV - manutenção de instalações, de máquinas ou de equipamentos, quando indispensáveis ao seu funcionamento regular e permanente e desde que mantida equipe à disposição da contratante;"

(O destaque não é do original)

É evidente que, na prestação de serviços de manutenção de elevadores, a contratada não coloca trabalhadores à disposição da contratante, conforme exigência do artigo 118, inciso XIV, da IN RFB nº 971/2009, sendo, portanto, incabível a referida retenção.

Como se sabe, os serviços de manutenção de elevadores são realizadas por técnicos que prestam serviços a várias empresas e condomínios, alternadamente, no mesmo período.

Cumpram-se, inclusive, que a Circular 01-600.1, n. 46, de 24/06/99 do INSS (não publicada) exclui, expressamente, os serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, em especial de elevadores, da retenção sob análise, nos seguintes termos:

"Item 4, letra J: Manutenção de Instalações, de Máquinas e Equipamentos – são os serviços técnicos indispensáveis ao funcionamento regular e permanente de máquinas, veículos, equipamentos e instalações, assim entendido o conjunto de componentes de determinada unidade, por exemplo: reparação de veículos, ELEVADORES, caldeiras, geladeiras, computadores, instalações elétricas, hidráulicas, dentre outras. NA MANUTENÇÃO PERIÓDICA, CORRETIVA OU PREVENTIVA e ainda, nos contratos de risco com pagamento de valor mensal preestabelecido, NÃO CABERÁ RETENÇÃO, salvo se a contratada se obrigar, contratualmente, a manter equipe à disposição nas dependências da contratante ou nas de terceiros"

Assim, requer a impugnante seja excluída a exigência de retenção da contribuição para a Previdência Social, no contrato em questão.

XVI - Dos Danos

O subitem 6.5 do Contrato de Execução prevê que:

"6.5. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL", conforme determina o art. 126 da Instrução Normativa citada no subitem anterior" (o destaque não é do original)

Data venia, o referido dispositivo viola a lei de regência, na medida em que amplia a responsabilidade da Contratada por todo e qualquer dano causado à Universidade ou a terceiros.

O art. 70 da Lei nº 8.666/93 limita, todavia, a responsabilidade da Contratada aos danos diretos, causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, conforme se depreende, in verbis:

"Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado."

(O destaque não é do original)

E, limitar a responsabilidade da Contratada aos danos diretos, decorrentes de sua culpa ou dolo, em nada diminui o dever desta de prestar o serviço licitado adequadamente e de forma responsável. Tal limitação visa, tão somente, evitar que a Contratada seja responsabilizada por danos aos quais não deu causa.

Nesse contexto, requer a impugnante seja alterado o subitem acima transcrito, e os demais, seja do Edital, seja dos anexos, que contenham disposição semelhante.

XVII - Da Apresentação da ART referente ao Contrato

Estabelece o subitem 7.4 do Contrato de Execução que a Contratada deverá:

"7.4.1. Guia de Recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao CAU, no original ou por cópia autenticada, referente à execução da obra, constando o nome, local e área da obra, bem como o número do processo licitatório da Contratante."

Todavia, por motivos alheios à vontade da Contratada, tal prazo pode se mostrar insuficiente, uma vez que o atendimento do mesmo depende do CREA.

O certo é que não se deve estabelecer prazos fixos para o atendimento de exigências que não dependam das partes contratantes.

essa forma, requer a Atlas Schindler a exclusão de tal prazo, para que o mesmo possa ser flexibilizado, ou que, alternativamente, seja ele estendido para, no mínimo, 70 dias úteis.

XVIII - Das Obras Civis

O subitem 7.5 do Contrato de Execução dispõe que dentre os serviços licitados haverá a realização de adequações e obras civis.

As empresas do ramo de elevadores não possuem "know how" para execução de obras civis.

Tais serviços devem ser executados por empresas do ramo da construção civil, que têm inscrição própria no CREA.

Dessa forma, as obrigações da Contratada devem ser única e exclusivamente relativas aos serviços de fornecimento, instalação e substituição dos elevadores, que são as parcelas de maior relevância técnica.

Por essa razão, os dispositivos que tratam de sua responsabilidade pela realização de obras e adequações civis devem ser excluídos.

XIX – Da Presença do Engenheiro Civil

O subitem 7.16.1 do Contrato de Execução exige a apresentação de:

"7.16.1. Manter no canteiro um engenheiro civil ou arquiteto, com a devida comprovação, que, na ausência do engenheiro ou do arquiteto ou urbanista responsável, responderá pelo mesmo perante a Equipe de Fiscalização." (destaque não é original)

Ocorre que, de acordo com o art. 1º c/c o art. 12, inciso I, da Resolução nº 218 de 1973 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, os serviços objeto da presente licitação somente poderão ser executados sob a responsabilidade técnica de Engenheiro Mecânico. Sendo completamente dispensável a presença de um engenheiro civil no canteiro da obra.

Com efeito, estabelecem os referidos dispositivos que:

"Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 – Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 – Estudo, planejamento, projeto especificação;

Atividade 03 – Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 – Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 – Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 – Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

Atividade 07 – Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 – Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão;

Atividade 09 – Elaboração de orçamento;

Atividade 10 – Padronização, mensuração e controle de qualidade;

Atividade 11 – Execução de obra de serviço técnico;

Atividade 12 – Fiscalização de obra de serviço técnico;

Atividade 13 – Produção técnica e especializada;

Atividade 14 – Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 – Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

Atividade 16 – Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 – Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 – Execução de desenho técnico;"

(O destaque não é do original)

"Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL, MODALIDADE MECÂNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º, desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral, instalações industriais e mecânicas, equipamentos mecânicos e eletromecânicos, veículos automotores, sistema de produção de transmissão e de utilização do calor, sistemas de refrigeração e de ar condicionado, seus serviços afins e correlatos;"

(O destaque não é do original)

Registre-se, ademais, que o art. 37, XXI, da CF admite exigências de qualificação técnica indispensáveis ao cumprimento do contrato.

Realmente, conforme leciona Marcio Pestana:

"A qualificação técnica nos processos de licitação obedece à diretriz constitucional alojada no art. 37, XXI, que determina, no ponto, ao legislador ordinário, que este somente possa estabelecer prever exigências relativas à qualificação técnica nas situações em que tal se mostre indispensável à garantia do cumprimento das obrigações. E, se limita os domínios das normas jurídicas infraconstitucionais a respeito, maiormente impõe ao agente da Administração Pública, responsável pelo instrumento convocatório das licitações, obsequioso respeito em não transbordar tal limite.

O constituinte revela ter preocupação de erguer estes limites, pois sabe, assim como toda a classe política, que a Administração Pública necessita de parâmetros firmes e concretos para o exercício das suas funções no âmbito de certame licitatórios, não discriminando onde a distinção não seja necessária, e atuando invariavelmente em favor do princípio da isonomia dos licitantes e da competitividade, dentre outros".

Desse modo, requer a impugnante seja alterado o dispositivo, para que dele passe a constar a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica somente em nome de Engenheiro Mecânico, nos estritos termos do art. 1º c/c art. 12, inciso I, da Resolução nº 218 do CONFEA.

XX – Do Local da Obra

O subitem 7.19, alíneas "b" e "e", do Contrato de Execução dispõe que:

"b) instalação e manutenção do canteiro de obras, incluindo vestiários, sanitários e área de vivência, em conformidade com as normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

(...)

e) abrigo, guarda e manutenção de seus equipamentos"

Todavia, deverá ser explicitado no Edital que a UNICAMP indicará o local onde serão localizadas essas instalações.

XXI - Da Substituição de Empregados

Estabelece o item 8.2 do Contrato de Execução que a Contratada deverá substituir, de imediato, a qualquer tempo e por determinação da Contratante, os empregados de sua equipe de trabalho que não atenderem às exigências do Contrato.

Esclarece, todavia, a licitante que seus empregados são cuidadosamente selecionados e treinados para bem realizar suas tarefas.

Sendo assim, não é razoável que a Contratante exija a substituição imediata de um empregado, sem, ao menos, apresentar uma justificativa.

Acresce notar que, infelizmente como é público e notório, existe uma enorme escassez de mão-de-obra qualificada no país.

Dessa maneira, poderá, eventualmente, ser difícil a substituição imediata de um empregado, acarretando atraso na execução do serviço, em prejuízo da Administração Pública.

Por essa razão, requer a Impugnante seja estabelecido um prazo razoável para substituição de qualquer empregado, após ser esclarecida (no interesse de todos) a razão do pedido de sua substituição.

XXII - Da Contratação de Terceiros

De acordo com o subitem 9.3 do Contrato de Execução:

"9.3. A Contratante poderá contratar outras empresas simultaneamente e para o mesmo local da obra, para a execução de obras e serviços distintos daqueles abrangidos por esse contrato. Nesse caso, a Contratada não poderá impor quaisquer dificuldades à introdução de materiais, equipamentos e pessoal na área, para a prestação destes serviços ou de concessionárias de serviços públicos." (O destaque não é do original)

Deve ficar explícito no contrato que a realização de serviços diversos por terceiros não poderá de forma alguma prejudicar e embarçar o serviço a ser realizado pela contratada.

XXIII - Da Limitação à Subcontratação

O subitem 9.11 do Contrato de Execução impõe que:

9.11. A subcontratação de parte do objeto do contrato poderá ser concretizada mediante prévia e expressa autorização da Contratante, sob pena de, assim não o fazendo, ficar a Contratada sujeita a multa de 10% do valor subcontratado. (destaque não é original)

Com a devida venia, essa não é a realidade das empresas do ramo de elevadores, que geralmente subcontratam alguns serviços, com vistas a melhor atender sua atividade-fim.

Atento a essa necessidade, o legislador ordinário previu, no art. 72 da Lei nº 8.666/93, expressamente, a possibilidade da contratada subcontratar parte da obra, serviço ou fornecimento, condicionando-a, todavia, aos limites estabelecidos pela Administração Pública.

Analisando o referido dispositivo legal, Marçal Justen Filho esclarece que:

"A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer ao interesse público."

Conforme salientado pelo ilustre Doutrinador, a limitação à subcontratação impede a Administração de obter a proposta mais vantajosa, eis que compromete, em muito, o caráter competitivo a que está sujeito o procedimento licitatório (art. 3º, §1º, I, da Lei nº 8666/93).

Dessa maneira, não pode essa Universidade condicionar à sua prévia autorização a subcontratação de parte do serviço licitado, sem apresentar justificativa plausível para o ato.

Saliente-se, ademais, que, na subcontratação, não ocorre a cessão do objeto do contrato, mas, sim, a execução por terceiros de alguns serviços não relacionados à atividade-fim da contratada, permanecendo, portanto, inalterável o vínculo direto e imediato entre esta e a Administração Pública.

Nesse sentido, Diógenes Gasparini assim se manifesta:

"O contratado, por exemplo, subcontrata com um terceiro (escolhido sem qualquer interferência da contratante) a execução das fundações e dos sistemas hidráulico e elétrico de um edifício público. Embora seja assim, continua respondendo, perante a contratante, pela execução do objeto do contrato como um todo. Desse modo, a Administração Pública contratante não se relaciona, nem tem por que, com o subcontratado. Qualquer problema surgido, relacionado com os objetos das subcontratações, é solucionado entre o contratado e o subcontratado (...)." (O destaque não é do original)

Sendo assim, da análise do objeto da presente licitação, verifica-se que eventuais serviços a serem realizados, nos elevadores, podem ser subcontratados, sem que isso acarrete qualquer prejuízo à Administração Pública, pois a responsabilidade técnica-operacional pela execução dos serviços subcontratados recai, exclusivamente, sobre a empresa contratada.

Ademais, a ora Impugnante tem notória especialização no ramo em que atua, sendo plenamente capacitada a fornecer e prestar assistência técnica em diversos tipos de elevadores. Todavia, nas diversas licitações através das quais foi contratada para prestar manutenção técnica, utilizou-se da prerrogativa do aludido artigo 72 da Lei nº 8.666/93, e subcontratou alguns serviços, responsabilizando-se integralmente por tal subcontratação, e executando, de maneira plenamente satisfatória, o objeto licitado.

Oportuno salientar a judiciosa posição de Hely Lopes Meirelles a respeito da possibilidade de subcontratação de parte da execução do contrato licitatório a terceiros:

"Modernamente, a complexidade das grandes obras e a diversificação de instalações e equipamentos dos serviços públicos exigem a participação de diferentes técnicos e especialistas, o que fica subentendido nos contratos desse tipo; o que se veda é o transpasse de encargos contratuais a terceiros, com liberação do contrato original, sem prévia anuência da Administração (Lei 8.666, art. 78, VI)."

Acrescente-se, ainda, que essa licitação não possui motivo lógico, jurídico e operacional que justifique a limitação à subcontratação; ou seja, a presente licitação não trata de serviços que só possam ser executados pela pessoa do contratado, como nas hipóteses previstas no artigo 25, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93.

Dessa maneira, não deve essa Universidade condicionar a subcontratação de parte do serviço licitado à sua prévia aprovação, sem apresentar justificativa plausível para o ato.

Nesse sentido, confira-se o entendimento de Hely Lopes Meirelles :

"Tratando-se de motivo vinculado pela lei, o agente da Administração, ao praticar o ato, fica na obrigação de justificar a existência do motivo, sem o quê o ato será inválido ou, pelo menos, invalidável, por ausência da motivação. Quando, porém, o motivo não for exigido para a perfeição do ato, fica o agente com a faculdade discricionária de praticá-lo sem motivação, mas, se o fizer, vincula-se aos motivos aduzidos, sujeitando-se à obrigação de demonstrar sua efetiva ocorrência." (O destaque não é do original)

Outrossim, ressalte-se que a subcontratação de determinados serviços não implica em queda da qualidade do serviço, já que tais serviços são executados por empresas credenciadas e treinadas pelos fabricantes, possuidoras, portanto, de todo conhecimento necessário acerca da tecnologia aplicada.

Registre-se que a subcontratação de parcela dos serviços em questão poderá se mostrar indispensável para que a Contratada consiga executar todo o objeto contratado e, por isso, a exigência de submeter a subcontratação à prévia aprovação da Contratante, como previsto no Edital, poderá atrasar a execução dos serviços.

Diante disso, requer a Impugnante a alteração do Edital e de seus Anexos, para que se permita a subcontratação de alguns serviços,

na execução do objeto licitatório, sem a prévia aprovação da Contratante.

XXII - Da Impossibilidade da Prestação de Serviço de Manutenção Gratuita

Estabelece o subitem 9.17 do Contrato de Execução que:

9.17. No contrato de Fornecimento do Elevador, além da especificação completa do elevador, (fabricante, modelo, características específicas, etc), deverá estar incluído o Contrato de Manutenção Preventiva Mensal e Atendimento Emergencial (...) (o destaque não é do original)

Todavia, os serviços de manutenção corretiva e preventiva não estão incluídos na garantia do serviço de instalação. A garantia oferecida pela Contratada abrange, apenas, a correção dos defeitos de fabricação e de instalação.

A garantia mínima de um ano, somente abrange o fornecimento de peças que tenham sido danificadas por defeitos decorrentes de vício na fabricação ou instalação.

Por isso mesmo, é importantíssimo que o Edital passe a dispor que (a) a obrigação da cobertura de peças NÃO abrange os componentes eventualmente danificados por negligência, mau trato, uso indevido ou abusivo dos equipamentos, assim como atos de terceiros (vandalismo), caso fortuito e força maior, circunstâncias essas impossíveis de serem previstas, pelas licitantes, no momento da formulação de suas propostas; e (b) a manutenção preventiva e corretiva, no prazo de vigência da garantia, deverá ser remunerada.

XXIV - Do Prazo de Solução

De acordo com o subitem 9.17 do Contrato de Execução:

"O prazo para manutenção corretiva em Garantia é de 24 horas, contado a partir da abertura do chamado técnico" (o destaque não é do original)

Cumprir informar que o prazo acima referido pode revelar-se completamente exíguo, dependendo do problema a ser solucionado ou da peça a ser substituída.

Cabe ponderar, assim, que não se configura razoável estabelecer, de antemão, prazos máximos para solução das correções e fornecimento de peças, antes de serem verificadas a natureza e a gravidade de cada defeito, bem como as peculiaridades da peça a ser fornecida.

Isso porque alguns serviços - troca de cabos, retirada de motor para embobinamento, eliminação de vazamento de máquina, entre outros - necessitam de maior tempo para a correção do equipamento, podendo demandar, inclusive, a requisição das peças de sua fábrica situada em Londrina.

Com efeito, dependendo da gravidade do problema ou da especificação do componente a ser substituído, o prazo fixado pode revelar-se demasiadamente insuficiente, na medida em que deverão ser examinados diversos fatores, em cada caso, tais como a necessidade de perícia, a disponibilidade ou não da peça em estoque, fabricação, expedição, transporte etc.

Nesse contexto, no intuito de preservar a obtenção da proposta mais vantajosa pela UNICAMP, faz-se necessário que seja excluído o referido prazo ou, em último caso, seja ele alterado para 5(cinco) ÚTEIS, com a possibilidade de sua prorrogação, conforme justificativas a serem apresentadas pela Contratada, em cada caso.

XXV - Do Prazo para Atendimento de Chamadas

O subitem 9.17 do Contrato de Execução dispõe que:

"No caso de atendimentos Emergenciais, o prazo para atendimento do chamado é de 45 (quarenta e cinco) minutos quando houver pessoa(s) presa(s) no elevador" (o destaque não é do original)

A Elevadores Atlas Schindler Ltda possui plena consciência de que o atendimento a tais chamados deve ocorrer, no menor tempo possível.

Todavia, o atendimento às chamadas não pode ser encarado como um recorde a ser atingido pela Contratada, a qual deverá se preocupar, principalmente, em realizar o serviço com segurança, tomando todas as cautelas de estilo.

O temor da Contratada em ser apenada por eventual não cumprimento dos prazos estabelecidos, poderá, inclusive, prejudicar a resolução do problema e causar algum acidente de trânsito, no trajeto percorrido até os locais de atendimento.

Por essa razão, é aconselhável, no caso de usuário retido no elevador, que seja acionado o Corpo de Bombeiros, que goza de privilégio de trânsito.

Desse modo, pugna-se pela exclusão do dispositivo em questão e dos demais do Edital e de seus anexos que tiverem redação semelhante.

XXVI - Da Inexistência de Orçamento Estimado

O Edital não apresenta o valor total estimado para contratação.

Ocorre que a fixação do mesmo é imprescindível, nos termos da legislação em vigor.

Nesse sentido, dispõem os artigos 9º, parágrafo segundo, e 17, caput, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que:

"Art. 9º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

(...)

§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

(...)

Art. 17. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:" (o grifo não é do original)

No entender de Márcio Pestana:

"O orçamento minucioso da obra a ser licitada é de extrema relevância, sob pena de nulidade do certame licitatório, ensejando a revogação da licitação, caso a tempo seja identificada tal prejudicialidade."
(Licitações Públicas no Brasil, 1ª edição, 2013, Atlas, pág. 119)

Sendo assim, para viabilizar o êxito da licitação em apreço é imperioso que seja indicado o Valor Global Estimado da contratação em tela, sanando-se a omissão existente.

XXVII – CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer a Impugnante que V.Sa. julgue procedente a presente impugnação, a fim de que sejam realizadas, no Edital e nos Anexos, as alterações acima mencionadas, ou, diante da impossibilidade de tais providências, determine a anulação da licitação em epígrafe, instaurando-se novo processo licitatório, com a reforma e adequação ora requeridas.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 20 de outubro de 2017.

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA

=====

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2014

O Tribunal de Contas da União - TCU e este Pregoeiro, designado pela Portaria Segedam n.º 15, de 24 de março de 2014, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 5.450/2005, da Lei Complementar n.º 123/2006, da Portaria-TCU n.º 128/2014 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 08 de dezembro de 2014

HORÁRIO: 14h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 30001

SEÇÃO I - DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos 18 (dezoito) elevadores instalados nos Edifícios do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes do termo de referência em anexo.

1.1. Os elevadores instalados nos Edifícios do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF são distribuídos da seguinte forma: 04 (quatro) no Edifício-Sede; 03 (três) no Anexo I; 03 (três) no Anexo II; 06 (seis) no Anexo III; e 02 (dois) na Torre de Ligação.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2. A despesa global anual com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 478.873,25 (quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos), conforme o orçamento anexo.

SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

3.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por sua representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCU responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. Não poderão participar deste Pregão:

4.1. empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o TCU, durante o prazo da sanção aplicada;

4.2. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.3. empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

4.4. empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

4.5. empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.6. quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

4.6.1. Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

4.7. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.8. empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.9. empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

4.10. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.11. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.12. cooperativa de mão de obra, conforme no art. 5 da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

5. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.1. A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do

contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.2. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal de Contas da União – TCU, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.3. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

SEÇÃO IV – DA VISTORIA

6. A licitante deverá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário, das 10 às 16 horas, junto ao Serviço de Multimídia e Sistemas Eletromecânicos - Semit, pelos telefones (61) 3316-7979 e (61) 3316-7070.

6.1. A vistoria será acompanhada por representante do TCU, designado para esse fim, o qual visará a declaração comprobatória da vistoria efetuada, que deverá ter sido previamente elaborada pela licitante em conformidade com o modelo anexo a este Edital.

SEÇÃO V – DA PROPOSTA

7. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor global anual da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

7.2. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

7.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezois anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

7.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

8. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

8.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

8.2. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

9. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

11. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

14. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

15. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

16. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

17. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

18. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

19. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

20. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

21. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

22. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

23. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

24. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

SEÇÃO IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

25. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

25.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

25.1.1. Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

25.1.1.1. A verificação prevista nesta Subcondição levará em consideração a receita bruta obtida pela licitante no último exercício e no exercício corrente, para fins do disposto nos §§ 9º e 9º-A do art. 3º da Lei Complementar nº 123.

25.2. não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

25.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

25.4. a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito

previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

25.5. na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

SEÇÃO X - DA NEGOCIAÇÃO

26. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

SEÇÃO XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

27. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo IX – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, até as 14h (quatorze horas) do dia seguinte ao da convocação efetuada pelo Pregoeiro, por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema Comprasnet.

27.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes documentos:

27.1.1. Planilha orçamentária consolidada, conforme Anexo VI – Orçamento Estimativo;

27.1.2. Planilha de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço envolvidos na contratação, conforme Anexo VII;

27.1.3. Memória de cálculo detalhada que contenha a metodologia e fórmulas adotadas pela licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes da planilha de composição de custos e formação de preços do posto de serviço envolvido na contratação, podendo ser utilizada como base a Cláusula Sexta do Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2014, disponível no sítio do TCU, conforme informações do Anexo XIV – Convenções Coletivas de Trabalho;

27.1.4. GFIP.

27.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

27.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Serviço de Pregão e Cotação Eletrônica do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 04, lote 1, Anexo I, sala 103, CEP 70042-900, Brasília-DF.

27.3. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

28. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

28.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TCU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

28.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

28.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

28.4. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TCU.

28.5. Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

28.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

28.5.2. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

28.5-2.1. questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

28.5-2.2. verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

28.5-2.3. levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

28.5-2.4. consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

28.5-2.5. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

28.5-2.6. verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

28.5-2.7. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

28.5-2.8. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;

28.5-2.9. levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

28.5-2.10. estudos setoriais;

28.5-2.11. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

28.5-2.12. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;

28.5-2.13. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

28.6. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

SEÇÃO XII - DA HABILITAÇÃO

29. A habilitação das licitantes será verificada por meio do Sicaf (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

30. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

31. Realizada a habilitação parcial no Sicaf, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas na Condição 4 da Seção III – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

31.1. Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

31.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

31.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

32. As consultas previstas na Condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

33. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

33.1. declaração de vistoria, conforme modelo constante do Anexo X;

33.2. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

33.3. comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1.

34. As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de qualificação técnico-operacional:

34.1. Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, entidade competente para a fiscalização do exercício profissional, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação;

34.2. Comprovante fornecido pela licitante de que possui em seu quadro permanente, 1 (um) engenheiro mecânico detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica relativo(s) à manutenção preventiva e corretiva de elevadores em características e quantidades similares ou superiores (tipo de acionamento, velocidade, capacidade, número de paradas), ao objeto desta licitação;

34.2.1. A comprovação acima deverá ser efetuada mediante a apresentação do ART do profissional ou atestado de responsabilidade técnica emitido em seu nome, devidamente registrado na entidade profissional competente, mais o comprovante do vínculo empregatício com a licitante, que poderá ser efetuado por intermédio da Carteira de Trabalho ou Contrato Social.

34.2.2. O profissional indicado deverá participar do serviço objeto da licitação, compondo a respectiva equipe técnica.

34.3. Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, que comprove(m) ter a licitante executado serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores com características similares ou superiores ao objeto desta licitação.

34.3.1. Os atestados serão aceitos, desde que comprovem a maioria dos itens de similaridade acima descritos.

34.4. Declaração indicando os nomes, CPF's, números dos registros na entidade profissional competente, dos responsáveis técnicos que acompanharão a execução dos serviços.

34.4.1. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica de que tratam os itens acima.

34.5. Para fins desta licitação, serão considerados serviços similares ao objeto desta licitação aqueles que comprovarem a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em no mínimo 9 elevadores, em um mesmo complexo de edifícios, com, no mínimo, 6 paradas, com alocação de técnico residente.

35. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

36. Os documentos que não estejam contemplados no SicaF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços indicada na Condição 27, em arquivo único, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet, no mesmo prazo estipulado na mencionada condição.

36.1. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

36.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Serviço de Pregão e Cotação Eletrônica do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 04, Lote 1, Anexo I, sala 103, CEP 70042-900, Brasília-DF.

36.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

36.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

36.4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

36.5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

36.6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

36.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

37. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

38. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

SEÇÃO XIII - DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

39. Não se exigirá demonstração do serviço ofertado.

SEÇÃO XIV – DO RECURSO

40. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

40.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

40.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

40.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

41. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do TC 025.132/2014-8 franqueada às interessadas.

42. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

43. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

44. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

45. A homologação deste Pregão compete ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União.

46. O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à licitante vencedora.

SEÇÃO XVI – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

47. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

47.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

47.2. A licitante convocada deve apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia no valor e nas condições descritas em anexo.

47.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para fins de ressarcimento, indenização e pagamento de multas contratuais de qualquer natureza.

47.4. Caso o preço adjudicado seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a CONTRATADA será dispensada da apresentação da garantia.

48. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TCU.

49. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SicaF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

50. Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES

51. A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SicaF e no cadastro de fornecedores do TCU, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

51.1. cometer fraude fiscal;

51.2. apresentar documento falso;

51.3. fazer declaração falsa;

51.4. comportar-se de modo inidôneo;

51.5. não assinar o contrato no prazo estabelecido;

51.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;

51.7. não manter a proposta.

52. Para os fins da subcondição 51.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

SEÇÃO XVIII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

53. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br, até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

54. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

55. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

56. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br.

57. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

SEÇÃO XIX – DISPOSIÇÕES FINAIS

58. Ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

58.1. A anulação do Pregão induz à do contrato.

58.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

59. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

60. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

60.1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

61. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

62. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

63. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do TCU, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

SEÇÃO XX – DOS ANEXOS

64. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

64.1. Anexo I - Termo de Referência;

64.2. Anexo II – Especificações Técnicas;

64.3. Anexo III - Descrição dos Elevadores;

64.4. Anexo IV – Plano de Manutenção Preventiva;

64.5. Anexo V – Especificações Mínimas para o(s) Posto(s) de Trabalho;

64.6. Anexo VI - Orçamento Estimativo;

64.7. Anexo VII - Planilha de Custos e Formação de Preços do(s) Posto(s) de Serviço;

64.8. Anexo VIII - Memória de Cálculo - Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços;

64.9. Anexo IX - Modelo de Proposta de Preços;

64.10. Anexo X - Modelo de Declaração de Vistoria;

64.11. Anexo XI - Modelo de Atestado (ou Declaração) de Capacidade Técnica;

64.12. Anexo XII – Minuta do Contrato;

64.13. Anexo XIII – Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia de Execução Contratual;

64.14. Anexo XIV – Convenções Coletivas de Trabalho.

SEÇÃO XXI – DO FORO

65. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Brasília, 26 de novembro de 2014.

Leonardo Anthony. C. de A. B. Soares
Pregoeiro

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

A OBJETO

Contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos 18 (dezoito) elevadores instalados nos Edifícios do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF, distribuídos da seguinte forma: 04 (quatro) no Edifício-Sede; 03 (três) no Anexo I; 03 (três) no Anexo II; 06 (seis) no Anexo III; e 02 (dois) na Torre de Ligação.

B VALOR ESTIMADO

R\$ 478.873,25 (quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos)

EMPREITADA: Preço Unitário

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: Global

C LOCAL DE EXECUÇÃO

Edifício Sede do Tribunal de Contas da União, localizado no SAFS – Setor de Administração Federal Sul, quadra 04, lote 01 em Brasília/DF.

D RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Serviço de Multimídia e Sistemas Eletromecânicos – SEMIT/DIMAN/SENGE

E UNIDADE FISCALIZADORA

SEMIT ou servidor ou comissão designados pelo titular da SENGE.

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DO OBJETIVO

1.1. Procedimentos e normas a serem adotados na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos 18 (dezoito) elevadores instalados nos Edifícios do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF, distribuídos da seguinte forma: 04 (quatro) no Edifício-Sede; 03 (três) no Anexo I; 03 (três) no Anexo II, 06 (seis) no Anexo III e 02 (dois) na Torre de Ligação.

2. DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Item Descrição Localização Fabricação Quant.

01 Elevadores do Edifício-Sede * SAFS - Qd.4 – Lt1 Thyssen Krupp 04

02 Elevadores dos Ed. Anexos I e II e Torre de ligação. SAFS - Qd.4 – Lt1 Otis 08

03 Elevadores do Anexo III SAFS - Qd.4 – Lt1 Atlas Schindler 06

2.1. No caso do item 01 da presente licitação só deverão ser contabilizados na contratação após o término da garantia dos fabricantes, tendo em vista serem elevadores novos, isto é, a aceitação dos termos apresentados neste edital implica, também, na aceitação da prestação dos serviços objeto desta contratação para o item 01, quando do término da garantia dos elevadores, que está prevista para ocorrer em maio de 2015.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto do presente procedimento licitatório é a contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores instalados no Edifício-Sede do TCU e seus Anexos, observando item 2.1, com utilização de peças, insumos e componentes genuínos dos respectivos fabricantes, entendendo-se por:

- manutenção preventiva: aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas; e
- manutenção corretiva: aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito funcionamento.

A manutenção preventiva e corretiva será realizada por meio da alocação de técnico residente no Tribunal de Contas da União, observando as especificações mínimas para o(s) posto(s) de trabalho, conforme Anexo V.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Para efeito das Especificações deste edital, o termo Tribunal ou CONTRATANTE significa Tribunal de Contas da União, órgão do Governo Federal que contratará os serviços objeto da presente licitação, o termo CONTRATADA define a proponente vencedora do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto da licitação, e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representará o Tribunal perante a CONTRATADA e a quem este último deverá reportar-se.

4.2. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- às disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal;
- às normas e especificações constantes deste edital;
- às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- às normas da ABNT;
- às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- às práticas SEDAP - execução.

4.3. As licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão consultar as especificações e vistoriar as instalações dos elevadores, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços. A vistoria poderá ser agendada de 10:00 às 16:00 horas pelos telefones 3316-7979, ou 3316-7070, do SEMIT, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

4.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializado nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

4.5. Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o projeto, buscando elucidar junto à FISCALIZAÇÃO, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas. Dessa análise deverá resultar um relatório das condições iniciais de todos os equipamentos, fazendo-se um planejamento das trocas e substituições e/ou conserto de peças e insumos que porventura se façam necessárias. O relatório deve apresentar, também, as peças críticas dos elevadores, mais suscetíveis a falhas.

4.6. A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc..

4.7. As máquinas e os equipamentos que a CONTRATADA levar para o local dos serviços somente poderão ser retirados das dependências do Tribunal de acordo com as regras e procedimentos internos do TCU.

4.8. Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO.

4.9. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais e peças ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais e peças empregados nos serviços.

4.10. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos serviços, mediante comunicação da FISCALIZAÇÃO, sempre que:

- a) assim estiver previsto e determinado no Instrumento Convocatório ou no Contrato;
- b) for necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do Instrumento Convocatório e de acordo com as presentes especificações;
- c) houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e
- d) a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar formalmente.

4.11. A inobservância das especificações técnicas deste edital implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

4.12. A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, os materiais, as peças, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses insumos deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários.

4.13. A CONTRATADA deverá manter posto(s) de trabalho alocado(s) no Tribunal, de acordo com as definições apresentadas no Anexo V, para atendimento das solicitações de manutenção corretiva.

4.14. É vedada a contratação, pelas empresas prestadoras de serviço, de servidor do quadro do Tribunal de Contas da União, ativo ou inativo há menos de (05) cinco anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau.

4.15. A critério do Tribunal, por seu único e exclusivo interesse, a CONTRATADA poderá vir a ser formalmente comunicada da dispensa parcial da prestação de serviços no período de recesso do órgão ou afastamentos legais dos prestadores de serviço. O recesso do Tribunal de Contas da União tem duração de cerca de 30 (trinta) dias, normalmente abrangendo a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro de cada ano. Nesses casos, a FISCALIZAÇÃO do Tribunal fará o desconto nas faturas dos meses correspondentes, em valor proporcional ao número de dias não trabalhados, considerando sempre o custo total dos respectivos postos de trabalho.

4.16. A qualificação profissional dos prestadores de serviço será verificada após a assinatura do contrato e antes do início da efetiva prestação de serviço para cada posto de trabalho. Caso os requisitos de qualificação não sejam atendidos conforme os termos do Anexo V – Especificações Mínimas para o(s) Posto(s) de Trabalho, a contratada será notificada e deverá providenciar a imediata substituição do prestador de serviço indicado. Caso não seja apresentado um prestador de serviços devidamente qualificado, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste edital.

4.17. A ocorrência de posto de trabalho descoberto será considerada nas medições e pagamentos para efeitos de aplicação de glosa. Adicionalmente, tais ocorrências ensejarão motivo para aplicação de penalidades previstas na Cláusula Décima Quinta do Anexo XII – Minuta de Contrato.

4.18. As normas de segurança constantes deste edital não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais,

federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inadequados na execução dos serviços.

4.19. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas.

4.20. O Tribunal poderá, a qualquer tempo, instalar acessórios que visem melhorar a qualidade dos elevadores ou o aproveitamento do espaço interno. São exemplos de acessórios: intercomunicadores entre a cabine e a recepção do edifício, monitores de propaganda e sistemas de monitoramento remoto. Em todos os casos, o Tribunal compromete-se a consultar previamente a CONTRATADA para eventual adequação técnica ou contratual.

4.21. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.

5. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o contrato proveniente deste certame assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto deste edital, em nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.

5.2. A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica.

5.3. Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada por ela terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais peças e equipamentos relativos aos serviços, ainda que nas dependências da CONTRATADA.

5.4. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, quando julgar necessário ou conveniente à boa execução dos serviços contratados.

5.5. A CONTRATADA cuidará para que toda a área sob sua responsabilidade (casas de máquinas e outras) permaneça sempre limpa e organizada.

5.6. A critério da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

5.7. Os materiais a serem empregados devem ser de ótima qualidade, sendo que a FISCALIZAÇÃO poderá recusar aplicação de substitutos que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.

5.8. Materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

5.9. Em cada visita realizada pela CONTRATADA, tanto para manutenção preventiva quanto corretiva, deverá ser elaborado um Boletim de Visita onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças eventualmente substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela FISCALIZAÇÃO por ocasião da visita e compor a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da CONTRATADA. No momento da visada, uma cópia do boletim será repassada à FISCALIZAÇÃO para ser anexada ao livro de ocorrências.

6. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

6.1. A Manutenção Preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente do Tribunal. A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal do Tribunal, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO através de notificação oficial.

6.2. A CONTRATADA deve apresentar à FISCALIZAÇÃO as rotinas que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos equipamentos. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

6.3. No Anexo IV deste edital são apresentadas rotinas que poderão ser aplicadas para garantir o bom funcionamento dos equipamentos.

6.4. Para fins de medição e pagamento dos serviços relativos à manutenção preventiva, a quantidade de intervenções para manutenção corretiva será admitida como indicador de desempenho.

6.5. Sete intervenções para manutenções corretivas ocorridas mensalmente é o limite máximo para que não sejam efetuados descontos sobre o valor devido referente aos serviços de manutenção preventiva.

6.6. Caso o limite estipulado no item anterior (6.5) seja ultrapassado, o valor devido pelo Tribunal à CONTRATADA relativo à prestação dos serviços de manutenção preventiva deverá ser calculado conforme equação abaixo:

$$VD = VT \cdot (1 - MC \cdot 0,05)$$

VD: Valor devido relativo aos serviços de manutenção preventiva;

VT: Valor apresentado pela CONTRATADA na planilha de formação de preços para os serviços de manutenção preventiva.

MC: Quantidade de manutenções corretivas ocorridas mensalmente. Esse parâmetro deve ser superior a N e igual ou inferior a 20.

6.7. Caso ocorram vinte ou mais intervenções para manutenções corretivas em um mês, os serviços prestados de manutenção preventiva não serão considerados como devidamente prestados e, por esse motivo, não resultará em ônus para o Tribunal.

6.8. Caso ocorram dez ou mais intervenções para manutenções corretivas em um mês, a CONTRATADA deverá apresentar novo plano de manutenção de manutenção preventiva, que deverá ser previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

7. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

7.1. A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos elevadores do Tribunal, ou quando requerida pela FISCALIZAÇÃO.

7.2. A manutenção corretiva deverá ser prestada pela CONTRATADA, mediante abertura de Ordem de Serviço, dentro dos seguintes limites:

a) em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, em dias úteis, no horário de expediente do Tribunal (i.e., das 8 horas às 20 horas), o prazo máximo de atendimento, após o encaminhamento da Ordem de Serviço, deverá ser de 30 (trinta) minutos;

b) nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 2 (duas) horas, contadas a partir do encaminhamento da Ordem de Serviço;

b.1) o prazo de 2 (duas) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal do Tribunal, ou seja, em dias úteis entre 8:00h e 20:00h, interrompendo-se a contagem às 20:00h de um dia e reiniciando-se às 8:00h do dia útil seguinte;

b.2) no caso de mais de um elevador de um mesmo prédio (Edifício-sede, edifícios anexos ou torre de ligação) encontrarem-se parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 1 (uma) hora, contada a partir do encaminhamento da Ordem de Serviço à CONTRATADA.

c) em qualquer dos casos, a CONTRATADA fica obrigada a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da comunicação à CONTRATADA.

d) os prazos descritos anteriormente só poderão ser extrapolados em casos excepcionais de avaria de peça de difícil substituição ou aquisição, mediante relatório justificado assinado pelo engenheiro supervisor e aceito pelo fiscal do contrato. Neste caso, o prazo não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis.

e) decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica o Tribunal de Contas da União autorizado a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados.

7.3. Durante o horário comercial, isto é, das 8h às 18h (com duas horas de intervalo para almoço), os serviços poderão ser prestados pelo(s) técnico(s) residente(s) alocado(s) no Tribunal. Para atendimentos fora deste intervalo, a empresa deverá encaminhar um técnico, respeitando os prazos estabelecidos.

7.4. A CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO lista atualizada dos profissionais que atenderão ao Tribunal em fins de semana, feriados e períodos noturnos nos casos de falha no sistema que caracterizem situação emergencial.

7.5. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e

acessórios genuínos dos respectivos fabricantes, não fazendo parte da cobertura as peças especificadas no item 8 deste anexo.

7.6. Se para atender a alguma solicitação de manutenção corretiva forem necessários mais funcionários do que a quantidade de postos de trabalho alocados no Tribunal, a CONTRATADA deverá providenciar o comparecimento do quantitativo excedente apenas para atendimento daquele chamado, sem ônus para o Tribunal e de acordo os prazos definidos para atendimento das solicitações.

8. EXTENSÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS

8.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, objeto desta licitação, serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios genuínos dos respectivos fabricantes, necessários ao adequado funcionamento dos elevadores e à conservação de seu estado, inclusive botoeiras, indicadores de posicionamento (interno e externo), acolchoado das cabines dos elevadores de serviço, peças em acrílico e grade que compõem o teto dos elevadores etc.

8.2. Não fazem parte da cobertura as seguintes peças e componentes:

- passadiço e poço, circuitos para alimentação do quadro de força da casa de máquinas e respectivos dispositivos de proteção desse quadro, instalações de para-raios, janelas, sistema de ventilação ou exaustão forçada, extintor de incêndio (ressalvados os casos indicados no item 5.9.), alvenaria e pinturas;
- aqueles oriundos de alterações de características originais ou, no caso de acessórios, substituição por outros de tecnologia mais recente, desde que tais alterações e substituições tenham sido solicitadas pelo Tribunal;
- todos cuja substituição seja necessária face à ocorrência de atos de vandalismo ou de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção dos elevadores.

9. ORÇAMENTO ESTIMADO

9.1. Para cada item de prestação de serviços que se pretende contratar estimou-se, com base na demanda prevista, a quantidade mensal de profissionais necessária para executá-la. Essa quantidade de profissionais serviu de fundamento à valoração dos serviços.

9.2. A composição dos custos das empresas prestadoras dos serviços foi calculada a partir de seis grupos básicos: salários (devidos pela empresa aos profissionais que executarão os serviços); encargos incidentes sobre esses salários; insumos; bonificação e outras despesas, tributos e custos no mês da rescisão (que leva em consideração todos os custos dos outros grupos básicos e, adicionalmente, o aviso prévio trabalho referente ao final do contrato).

9.3. Para estimativa dos salários foram consideradas as Convenções Coletivas de Trabalho 2014/2014 do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizáveis do DF – SINDUSCON/DF, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, sob o número DF000010/2014 em 07/01/2014, bem como o Termo Aditivo a essa Convenção Registrado no MTE com o número DF000145/2014 em 10/03/2014. Para a definição das horas trabalhadas do Engenheiro Mecânico supervisor foi considerado o piso salarial constante da Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2016 do Sindicato dos Engenheiros do DF – Sinaenco-DF, registrada no MTE sob o número DF000534/2014, em 24/07/2014.

9.4. A pesquisa de mercado também considerou os contratos de objeto semelhante de outros órgãos da Administração como o Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Câmara dos Deputados e Superior Tribunal de Justiça.

9.5. Em caso de o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ser afetado, a CONTRATADA deverá solicitar a repactuação do ajuste, que deverá ser precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou redução dos custos, de acordo com a planilha de composição de custos e formação de preços, devendo ser observada a adequação aos preços praticados no mercado.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Além das rotinas do plano de manutenção, deverão ser adotadas pela CONTRATADA as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas, indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos.

10.2. A CONTRATADA deverá zelar pela integridade física das instalações, devendo reportar imediatamente à FISCALIZAÇÃO sempre que forem verificadas infiltrações, corrosões e outras avarias que possam prejudicar o perfeito funcionamento e/ou a vida útil dos elevadores e suas instalações.

ANEXO III - DESCRIÇÃO DOS ELEVADORES

Item Descrição Localização Fabricação Quant.

01 Elevadores do Edifício-Sede * SAFS - Qd.4 – Lt1 Thyssen Krupp 04

02 Elevadores dos Ed. Anexos I e II e Torre de ligação. SAFS - Qd.4 – Lt1 Otis 08

03 Elevadores do Anexo III SAFS - Qd.4 – Lt1 Atlas Schindler 06

*No caso do item 01 da presente licitação só deverão ser contabilizados na contratação após o término da garantia dos fabricantes, tendo em vista serem elevadores novos, isto é, a aceitação dos termos apresentados neste documento implica, também, na aceitação da prestação dos serviços objeto desta contratação para o item 01, quando do término da garantia dos elevadores, que está prevista para ocorrer em maio de 2015.

Disposições gerais

Todos os elevadores do Tribunal têm a cabine com acabamento de paredes em aço inox escovado e piso revestido em granito (Edifício-Sede e Anexos). As portas são corrediças de abertura central, revestidas com mesmo material da parede das cabines. As portas são dotadas de dispositivo de controle de fechamento em barras de proteção eletrônica contendo emissores e sensores de infravermelho.

As principais características técnicas dos elevadores estão tabuladas a seguir.

Elevadores do Item 1

Os elevadores do Item 1 deste edital, em número de quatro, são de fabricação ThyssenKrup e dotados de recursos de "hardware" e "software" para controle de seu funcionamento. Estão localizados no Edifício-Sede do Tribunal, sendo 2 (dois) de uso social, 1 (um) de serviço e 1 (um) de uso privativo, e suas principais características técnicas são:

- capacidade:
 - o dois elevadores sociais 1.275 kg;
 - o um elevador privativo: 1.125 kg
 - o um elevador de serviço: 1.125 kg
- número de paradas: 6;
- localização da casa de máquinas: sem casa de máquinas;
- controle micro processado.

Os elevadores têm ainda as seguintes características funcionais, todas em perfeito estado operacional:

- acionamento: todos os quatro elevadores são acionados por motores de corrente alternada e controle de velocidade por variação de frequência (VVVF); para permitir o controle de velocidade, com aceleração e frenagens suaves, além de alta precisão de nivelamento entre cabines e pisos de pavimento;
- painéis de comando e controle: painéis inteligentes digitais, microprocessados;
- painel de despacho: micro processado, inteligente, para operar um grupo de dois elevadores sociais (duplex). Os elevadores Privativo e Serviço têm quadros automáticos simplex e, ainda, a possibilidade de operar também em modo manual – serviço ascensorista – de modo a atender às necessidades do prédio. O comando é do tipo “automático coletivo seletivo (na subida e na descida) – ASC”. As botoeiras de chamadas dos andares têm dois botões num único espelho, exceção feita para os andares extremos onde há na botoeira apenas um botão; subida no andar extremo inferior e descida no andar extremo superior;
- sistema de Controle de Tráfego: sistema de hardware e software que: emite relatórios impressos de performance individualmente para cada elevador e para os grupos de elevadores; emite relatórios de falhas em períodos preestabelecidos; permite a programação dos elevadores com relação a estacionamento preferencial, envio de carro a um andar previamente escolhido, retirada de carro do

grupo e outras; emite ordens de despacho aos elevadores remotamente, permitindo zoneamento, e desligamento (elevador fora de serviço);

- sistemas de sinalização: com indicadores digitais nas cabinas e em todos os pavimentos, além de sinal sonoro para anúncio da chegada do elevador ao andar;
- dispositivo para entrada automática e operação dos elevadores na falta de força: todos os elevadores, sociais, privativo e serviço, são dotados de dispositivo tal que, ocorrendo falta de energia elétrica por qualquer razão, os elevadores, numa ordem predeterminada, possam retornar ao pavimento térreo, abrir suas portas, liberar os passageiros porventura dentro das cabinas. O deslocamento dos carros, um a um, dos pavimentos em que se encontravam no momento da queda de força, até o pavimento térreo, é feito já estando o elevador "pendurado" ao gerador de emergência do TCU. Para tanto, o dispositivo permite que tão logo haja falta de força no prédio, os elevadores sejam conectados ordenadamente ao grupo gerador. O dispositivo faz com que os elevadores, ordenadamente, e um a um, se desloquem da posição em que estavam no momento da queda de força e se dirijam para o pavimento térreo onde abrirão as portas, liberarão os passageiros e permanecerão ali, desligados;
- dispositivo para cancelamento de chamadas falsas: todos os elevadores têm um dispositivo que evita que os mesmos parem nos andares com "chamadas falsas".
- Sistema de gerenciamento e supervisão: composto por "hardware" e "software", que possibilite total acompanhamento e monitoramento dos elevadores. Esse sistema, entre outras funções, permite: a) visualização do status do elevador, sentido de viagem, chamadas de pavimento, ordens de cabina, estados das portas, defeitos e avisos; b) emissão de relatórios de performance para cada elevador e para grupos de elevadores; c) emissão de relatórios periódicos de falhas; d) operação de despacho, programação de estacionamento preferencial, retirada de carros de grupo e outras.

Elevadores do Item 2

Os elevadores do Item 2 deste edital, em número de oito, são de fabricação Otis e dotados de recursos de "hardware" e "software" para controle de seu funcionamento. Estão localizados nos edifícios anexos à sede do Tribunal, sendo 3 (três) no Ed. Anexo I, 3 (três) no Ed. Anexo II e 2 (dois) na Torre de Ligação, e suas principais características técnicas são:

- capacidade: 980 kg;
- número de paradas: 6, para os elevadores instalados nos Ed. Anexos; e 5 para o da Torre de Ligação;
- localização da casa de máquinas: cobertura; controle micro processado.

O comando microprocessado confere aos elevadores as seguintes características funcionais, todas em perfeito estado operacional:

- operação de emergência em caso de incêndio: uma vez acionado o botão de controle na portaria, e desde que a força do edifício permaneça ligada, os carros passam a operar em "sistema de emergência", isto é, todas as chamadas são canceladas e os elevadores dirigem-se, sem parar, para o pavimento térreo, onde permanecem estacionados; se os elevadores estiverem subindo, eles param no pavimento seguinte, não abrindo suas portas, voltando, em seguida, ao pavimento principal;
- dispositivo automático para funcionamento com força de emergência: no caso de falta de energia fornecida pela concessionária, os elevadores param nas posições em que se encontram; ao chegar a energia do grupo gerador de emergência, automaticamente, o primeiro elevador do grupo dirige-se ao pavimento principal, sem atender nenhuma chamada; chegando àquele pavimento, abre suas portas para liberar os passageiros e permanece parado com as portas abertas até a volta da energia da concessionária; em seguida, repete-se o processo para os carros seguintes, um após o outro; quando todos os elevadores estiverem no pavimento principal, suas chamadas internas e externas são alimentadas, possibilitando um funcionamento de "automático coletivo seletivo"; ao ser restabelecida a energia da concessionária, os elevadores têm suas partidas normalizadas;
- cancelamento de chamadas falsas: registros indevidos feitos na botoeira da cabina são automaticamente cancelados se o elevador para duas vezes consecutivas sem que nenhum passageiro interrompa os feixes de raios infravermelhos da barra de proteção eletrônica ou, se o pesador de carga detectar ausência de pessoas no interior da cabina;
- ajuste automático de tempos de portas: os elevadores são dotados de dispositivo que ajusta automática e individualmente os tempos de porta aberta, levando em consideração tratar-se de uma chamada de carro ou de pavimento; se, devido à condição de tráfego, é detectado que a tendência do número de reaberturas é aumentar, os tempos de porta são automaticamente aumentados; ao contrário, se a tendência é ter menos reaberturas, os tempos de porta são automaticamente reduzidos;
- dispositivo de retorno automático de carro: após decorrido um intervalo de tempo pré-determinado e se nenhuma chamada tiver sido registrada, o carro procura a zona livre mais próxima; chegando ao pavimento de estacionamento, o carro permanece parado e com as portas fechadas;
- carro para o pavimento principal: os elevadores são dotados de dispositivos que permitem ao pessoal da portaria do edifício chamar o carro ao andar principal, mediante o acionamento de uma chave, para fins de limpeza ou manutenção das cabinas; nesta operação, o carro viaja diretamente para o andar principal atendendo somente as chamadas já registradas no seu painel de operação; o(s) carro(s) retido(s) dessa forma é (são) retirado(s) do grupo, e permanece(m) estacionado(s) no andar principal com as portas abertas enquanto a chave estiver acionada;
- serviço independente: ao acionamento de uma chave, localizada no painel de operação, o carro passa a ser operado apenas pelos dispositivos da cabina; durante a operação "serviço independente", o carro não deve atender qualquer chamada de pavimento, mas apenas as registradas na cabina, uma por vez; nesse caso o carro selecionado é retirado do grupo;
- operação de renivelamento: cada elevador é dotado de dispositivo que permite, após a parada do carro, corrigir sua posição com portas abertas, para melhor nivelamento durante a carga e a descarga.

Elevadores do Item 3

Os elevadores do Item 3 deste edital, em número de seis, são de fabricação Atlas Schindler e dotados de recursos de "hardware" e "software" para controle de seu funcionamento. Estão localizados no edifício anexo III do Tribunal, e suas principais características técnicas são:

- capacidade: 900 kg;
- número de paradas: 8,
- localização da casa de máquinas: cobertura; controle micro processado.

O comando microprocessado confere aos elevadores as seguintes características funcionais, todas em perfeito estado operacional:

- operação de emergência em caso de incêndio: uma vez acionado o botão de controle na portaria, e desde que a força do edifício permaneça ligada, os carros passam a operar em "sistema de emergência", isto é, todas as chamadas são canceladas e os elevadores dirigem-se, sem parar, para o pavimento térreo, onde permanecem estacionados; se os elevadores estiverem subindo, eles param no pavimento seguinte, não abrindo suas portas, voltando, em seguida, ao pavimento principal;
- dispositivo automático para funcionamento com força de emergência: no caso de falta de energia fornecida pela concessionária, os elevadores param nas posições em que se encontram; ao chegar a energia do grupo gerador de emergência, automaticamente, o primeiro elevador do grupo dirige-se ao pavimento principal, sem atender nenhuma chamada; chegando àquele pavimento, abre suas portas para liberar os passageiros e permanece parado com as portas abertas até a volta da energia da concessionária; em seguida, repete-se o processo para os carros seguintes, um após o outro; quando todos os elevadores estiverem no pavimento principal, suas chamadas internas e externas são alimentadas, possibilitando um funcionamento de "automático coletivo seletivo"; ao ser restabelecida a energia da concessionária, os elevadores têm suas partidas normalizadas;
- cancelamento de chamadas falsas: registros indevidos feitos na botoeira da cabina são automaticamente cancelados se o elevador para duas vezes consecutivas sem que nenhum passageiro interrompa os feixes de raios infravermelhos da barra de proteção eletrônica ou, se o pesador de carga detectar ausência de pessoas no interior da cabina;
- ajuste automático de tempos de portas: os elevadores são dotados de dispositivo que ajusta automática e individualmente os tempos de porta aberta, levando em consideração tratar-se de uma chamada de carro ou de pavimento; se, devido à condição de tráfego, é detectado que a tendência do número de reaberturas é aumentar, os tempos de porta são automaticamente aumentados; ao contrário, se a tendência é ter menos reaberturas, os tempos de porta são automaticamente reduzidos;
- dispositivo de retorno automático de carro: após decorrido um intervalo de tempo pré-determinado e se nenhuma chamada tiver sido registrada, o carro procura a zona livre mais próxima; chegando ao pavimento de estacionamento, o carro permanece parado e com as portas fechadas;
- carro para o pavimento principal: os elevadores são dotados de dispositivos que permitem ao pessoal da portaria do edifício chamar o carro ao andar principal, mediante o acionamento de uma chave, para fins de limpeza ou manutenção das cabinas; nesta operação, o carro viaja diretamente para o andar principal atendendo somente as chamadas já registradas no seu painel de operação; o(s) carro

(s) retido(s) dessa forma é (são) retirado(s) do grupo, e permanece(m) estacionado(s) no andar principal com as portas abertas enquanto a chave estiver acionada;

- serviço independente: ao acionamento de uma chave, localizada no painel de operação, o carro passa a ser operado apenas pelos dispositivos da cabina; durante a operação "serviço independente", o carro não deve atender qualquer chamada de pavimento, mas apenas as registradas na cabina, uma por vez; nesse caso o carro selecionado é retirado do grupo;
- operação de renivelamento: cada elevador é dotado de dispositivo que permite, após a parada do carro, corrigir sua posição com portas abertas, para melhor nivelamento durante a carga e a descarga.

ANEXO IV - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Verificações SEMESTRAIS

Verificar e, se necessário, corrigir a velocidade dos motores de tração a CC a plena carga, meia carga e vazio.

Acionar o sistema de segurança, ajustando as velocidades de desarme.

Testar os amortecedores com a queda da cabine, com meia lotação.

Verificar necessidade de substituição dos acolchoados das cabines dos elevadores de serviço.

Verificações MENSALIS

Motores de CC/CA, grupos geradores e caixas redutoras.

Fazer a remoção dos resíduos de carvão e poeira das escovas e porta-escovas.

Movimentar as escovas de carvão no interior dos seus porta-escovas.

Fazer a remoção da poeira acumulada e do óleo vazado.

Verificar o nível do óleo, completando-o se necessário.

Ajustar a altura dos porta-escovas em relação à superfície de contato dos elevadores.

Ajustar a superfície de contato dos coletores que apresentarem faiscamento na comutação e/ou trepidações excessivas.

Manter limpos e desimpedidos os espaços físicos das casas de máquinas instaladas no subsolo e cobertura do edifício, informando à fiscalização a existência de irregularidades, quando houver.

Freios

Remover da superfície de contato do tambor todo o resíduo de óleo e graxa.

Ajustar a folga excessiva entre as sapatas e discos da superfície de contato dos tambores de freio.

Quadro de comando

Fazer a remoção da poeira e aplicação de fina camada de óleo com querosene na estrutura externa dos quadros.

Verificar, ajustar e substituir, se necessário, os temporizadores, fusíveis, relés, contadoras, chaves com mau contato, relés de cola, relés de carga dos geradores e circuitos de proteção.

Efetuar teste dos "hardware" de controle através de "software" de controle.

Nos andares

Fazer a remoção de todo o material depositado sobre as barras chatas de ferro (apoio das carretilhas) e aplicação de fina camada de óleo com querosene na estrutura externa dos quadros.

Proceder à limpeza, em toda a extensão, das soleiras, das roldanas e dos trincos, procedendo-se à lubrificação dos eixos.

Ajustar qualquer folga excessiva nos roletes excêntricos das suspensões das folhas da porta e dos contatos dos trincos e ganchos.

Verificar o funcionamento dos botões de chamada e indicadores de direção, mantendo o nível de visibilidade original e substituindo-os quando necessário.

Cabines

Fazer a remoção do lixo acumulado em toda a extensão das soleiras.

Remover toda a poeira das faces externas das portas, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene.

Remover todo o material depositado nas suspensões, aplicando, em seguida, fina camada de óleo, retirando todo o excesso.

Proceder à limpeza geral das barras articuladas e aplicação de óleo fino nas articulações.

Fazer a remoção da poeira das grades de ventilação.

Remover o lixo e a poeira da tampa do teto, e aplicação de fina camada de óleo com querosene, retirando o excesso.

Fazer a remoção da poeira dos ventiladores e exaustores e lubrificação das buchas.

Liberar o dispositivo de desengate para aplicação de fina camada de óleo.

Verificar a partida, a parada e o nivelamento do carro, a abertura e o fechamento das portas, o funcionamento das botoeiras, sinalizações e luz de emergência, a graxa dos conjuntos operadores das portas, o funcionamento dos aparelhos de comunicação, a sapata de segurança e a fotocélula.

Contrapesos

Fazer a remoção da poeira da suspensão, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene nos materiais ferrosos.

Verificar e ajustar o desgaste e a folga excessiva entre as corrediças deslizantes.

Poço/Pára-choque

Proceder à limpeza geral.

Verificar o nível do óleo, completando-o, se necessário.

Verificar o aperto das porcas das braçadeiras de apoio.

Verificar a fiação do poço.

Cabos de aço

Ajustar as tensões dos cabos de tração e compensação.

Polias de Compensação e Tensoras

Ajustar a distância da polia de compensação ao piso do contato elétrico e o prumo e a distância da polia tensora ao piso.

Fita Seletora

Ajustar a folga entre os contatos fixos e os cones (meias-luas).

Ajustar as distâncias entre as molas "pick-ups" e os rebites de metal.

Verificações SEMANALIS

Verificar as corrediças das guias ou as roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e mantendo as guias adequadamente lubrificadas.

Verificar os cabos de aço e todos os dispositivos de segurança e reguladores, eliminando os eventuais defeitos mecânicos.

Verificar a tensão dos cabos condutores, mantendo o equilíbrio entre fases.

Verificar os bancos das cabines dos elevadores, mantendo-os em perfeitas condições de uso.

Verificar os acrílicos dos tetos das cabines dos elevadores, bem como o piso.

Verificar as sapatas das portas dos elevadores, substituindo-as quando danificadas.

Verificar as portas dos elevadores, alinhando-as quando necessário.
Verificar as lâmpadas e reatores existentes nos elevadores, tetos, gongos e lâmpadas sobre cabines.
Verificar todas as peças e lâmpadas que compõem as botoeiras.
Verificar o sistema de ventilação eletromecânica existente na cabine de cada elevador.
Verificar os exaustores existentes nas casas de máquinas.
Verificar os acolchoados dos elevadores de serviço.

ANEXO V - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA O(S) POSTO(S) DE TRABALHO

1. Técnicos Eletromecânicos

1.1 É atribuição da Secretaria de Engenharia, conforme portaria 01/2013 – SENGE de 22 de Abril de 2013, as atividades de operar e manter em funcionamento, diretamente ou por terceiros, os elevadores dos imóveis do Tribunal localizados em Brasília, além de garantir a preservação e conservação do patrimônio do Tribunal.

1.2 Da execução do contrato 13/2009, verificou-se que em média, um elevador apresenta falha a cada dois dias úteis. Isso implica em tempo muito longo com elevadores fora de funcionamento, considerando, ainda, o tempo de a empresa encaminhar um técnico e o tempo necessário para se efetuar o reparo. Dessa forma, fica clara a necessidade de se manter funcionários alocados no Tribunal para atender prontamente aos chamados de manutenção corretiva. Diante do exposto, justifica-se a necessidade da contratação dos serviços nos moldes descritos.

1.3 As atividades a serem desempenhadas pelos profissionais são de natureza acessória ou complementar, passíveis de execução indireta, e serão fiscalizadas por servidores do quadro efetivo do Tribunal de Contas da União.

1.4 Descrição dos serviços

1.4.1 Os serviços a serem desempenhados são aqueles necessários para corrigir falhas em elevadores e colocá-los em funcionamento. Isto é, os funcionários deverão desempenhar atividades relacionadas à manutenção corretiva dos elevadores.

1.4.2 Para efetuar a manutenção preventiva, em regra, há a necessidade de um corpo técnico em maior quantidade do que o previsto para a demanda, além de um pessoal com qualificações diferenciadas (engenheiro mecânico, engenheiro eletricista etc.). Uma contratação que contemplasse a alocação no Tribunal de toda equipe técnica necessária para desempenhar tais atividades seria demasiadamente onerosa e não justificada para o Tribunal, já que esses serviços são programáveis e, portanto, pode-se, contratar apenas esses serviços, sem a necessidade da alocação da mão de obra.

1.5 Demanda prevista

1.5.1 Em função da experiência adquirida na execução dos contratos 13/2009 e 16/2013, que tratam de elevadores, estima-se que apenas um posto de trabalho da área eletromecânica, com a supervisão de um engenheiro mecânico por 2 horas semanais, seja suficiente para atender a demanda prevista para o TCU.

1.6 Local e horários de execução

1.6.1 Os serviços serão prestados de forma permanente, nas dependências do Tribunal, por profissionais pertencentes ao quadro funcional da CONTRATADA, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, com 2h de intervalo para almoço, perfazendo o total de 40 horas semanais.

1.7 Qualificação mínima exigida

1.7.1 Os profissionais deverão ter concluído o ensino médio em instituição reconhecida pelo MEC e possuir curso técnico ou de profissionalização de técnico em eletromecânica. Tais qualificações deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificados e/ou diplomas.

1.7.2 Será exigida experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de manutenção de elevadores. A experiência dos profissionais deverá ser comprovada mediante apresentação da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), ou documento equivalente, ou ainda, outra declaração válida emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

1.8 Salário

1.8.1 Tendo em vista a pesquisa de mercado realizada, verificamos que o salário médio de profissionais com o nível de qualificação exigido é de R\$ 1.130,64 não devendo ser pago salário inferior àquele previsto conforme política salarial vigente da categoria.

1.8.2 O salário dos técnicos deverá ser reajustado conforme política salarial vigente da categoria, constante da Convenção Coletiva de Trabalho do SIDUSCON-DF.

1.9 Obrigações da CONTRATADA

1.9.1 A CONTRATADA deverá cuidar para que os profissionais indicados para a prestação dos serviços apresentem-se trajando uniformes sempre limpos. Para isso, a CONTRATADA deverá optar pelo fornecimento, a suas expensas, dos uniformes em número mínimo de 2 (dois) ao semestre, ou pelo pagamento do valor equivalente às vestimentas, 2 (duas) vezes ao semestre, aos funcionários.

1.9.2 O uniforme deverá ser composto por camisa e calça sociais ou macacão em tons sóbrios, calçado fechado, meias, cinto etc.

1.9.3 A CONTRATADA deverá fornecer, ainda, todos os equipamentos de proteção individual necessários para garantir a segurança do funcionário.

ANEXO VI – ORÇAMENTO ESTIMATIVO

PLANILHA 1 - RESUMO - SERVIÇOS PERMANENTES

A - VALOR MENSAL PARA MÃO-DE-OBRA PERMANENTE
CATEGORIA QTDE. CUSTO UNITÁRIO (R\$/MÊS) CUSTO TOTAL (R\$/MÊS)
TÉCNICO ELETROMECAÂNICO 1 R\$ 2.768,58 R\$ 2.768,58
SUBTOTAL A R\$ 2.768,58

B - VALOR MENSAL PARA O RESPONSÁVEL TÉCNICO
CATEGORIA QTDE. CUSTO UNITÁRIO (R\$/HORA)* CUSTO TOTAL (R\$/MÊS)
ENG. MECÂNICO * 1 R\$ 148,09 R\$ 1.184,73

DISCRIMINAÇÃO % VALOR (R\$/MÊS)
Lucro Bruto + Desp. Administrativas 6,50% R\$ 77,01
Tributos Sobre Faturamento 8,65% R\$ 102,48
SUBTOTAL B R\$ 1.364,21

C - PREÇO MENSAL

DISCRIMINAÇÃO VALOR (R\$/MÊS)
A - VALOR MENSAL PARA MÃO-DE-OBRA R\$ 2.768,58
B - VALOR MENSAL PARA O RESPONSÁVEL TÉCNICO R\$ 1.364,21
VALOR TOTAL POR MÊS R\$ 4.132,79

* Salário Mínimo Profissional - SMP conforme resolução nº 397/95
e Convenção Coletiva 2014/2016 do Sinaenco-DF

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

PLANILHA 2 - RESUMO GERAL

ITEM DISCRIMINAÇÃO UND Quant. Preço Unitário Total (R\$)

1 SERVIÇOS PERMANENTES - valor mensal

1.1 Engenheiro Mecânico (2h/sem.) mês 1 R\$ 1.364,21 R\$ 1.364,21

1.2 Téc. Eletromecânico mês 1 R\$ 2.768,58 R\$ 2.768,58

Sub total (mão de obra) - já considerando uniformes, encargos, lucro, despesas adm. e tributação R\$ 4.132,79

Total Mensal dos Serviços Permanentes R\$ 4.132,79

Total Anual dos Serviços Permanentes R\$ 49.593,53

2 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, com fornecimento de peças

2.1 Edifício-Sede ThyssenKrupp 4 R\$ 1.987,41 R\$ 7.949,62

2.2 Anexos I e II e Torre de ligação Otis 8 R\$ 1.987,41 R\$ 15.899,25

2.3 Anexo III Atlas 6 R\$ 1.987,41 R\$ 11.924,44

Total Mensal dos Serviços de Manutenção R\$ 35.773,31

Total Anual dos Serviços de Manutenção R\$ 429.279,73

TOTAL GLOBAL ANUAL R\$ 478.873,25

ANEXO VII – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Posto de Serviço de Téc. Eletro-Mecânico

I - MÃO DE OBRA

ELETROMECHANICO

Salário R\$ 1.130,64

R\$ 1.130,64

II - ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da Remuneração)

GRUPO A

INSS 20,00% R\$ 226,13

FGTS 8,00% R\$ 90,45

Riscos ambientais do trabalho - RAT Ajustado (RATxFAP) 3,00% R\$ 33,92

Salário educação 2,50% R\$ 28,27

SESI/SESC 1,50% R\$ 16,96

SENAI/SENAC 1,00% R\$ 11,31

SEBRAE 0,60% R\$ 6,78

INCRA 0,20% R\$ 2,26

TOTAL - GRUPO A 36,80% R\$ 416,08

GRUPO B

13º SALÁRIO 8,93% R\$ 100,97

Férias 8,93% R\$ 100,97

Abono Pecuniário 2,98% R\$ 33,69

Auxílio Doença 1,94% R\$ 21,93

Licença Paternidade 0,10% R\$ 1,13

Licença Maternidade 0,02% R\$ 0,23

Faltas Legais 1,94% R\$ 21,93

Aviso Prévio 0,29% R\$ 3,28

Acidente De Trabalho 0,42% R\$ 4,75

TOTAL - GRUPO B 25,55% R\$ 288,88

GRUPO C

Aviso Prévio Indenizado 1,50% R\$ 16,96

Reflexo Do Fgts Sobre Aviso Prévio Indenizado 0,18% R\$ 2,04

Reflexo Do 13º, Férias E Abono Sobre Aviso Prévio Indenizado 0,31% R\$ 3,50

Incidência Do Grupo A S/ Reflexo 13º S/ Aviso Prévio Indenizado 0,05% R\$ 0,57

Indenização Adicional 0,08% R\$ 0,90

Multa do FGTS Sobre Rescisão Sem Justa Causa 4,59% R\$ 51,90

TOTAL - GRUPO C 6,71% R\$ 75,87

GRUPO D

INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B 9,40% R\$ 106,28

TOTAL - GRUPO D 9,40% R\$ 106,28

TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS 78,46% R\$ 887,10

VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS R\$ 2.017,74

III - OUTROS

Uniforme/EPI's R\$ 200,00

Seguro de Vida e Auxílio Funeral R\$ 2,50

Assistência Odontológica R\$ 4,50

Plano de Saúde R\$ 150,00

TOTAL - INSUMOS R\$ 357,00

VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS R\$ 2.374,74

IV - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS

Lucro Bruto 6,00% R\$ 142,48

Despesas Administrativas/Operacionais 0,50% R\$ 11,87
TOTAL - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS 6,50% R\$ 154,36

V - TRIBUTOS SOBRE FATURAMENTO
ISSQN 5,00% R\$ 138,43
COFINS 3,00% R\$ 83,06
PIS 0,65% R\$ 18,00
TOTAL - TRIBUTOS SOBRE FATURAMENTO 8,65% R\$ 239,48

VI - PREÇO TOTAL HOMEM/MÊS R\$ 2.768,58

ANEXO VIII - MEMÓRIA DE CÁLCULO – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A planilha de composição de custos da mão de obra a ser alocada no Tribunal, técnico eletromecânico, foi feita com base na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, disponível no sítio do TCU, conforme informações do Anexo XIV – Convenções Coletivas de Trabalho.

A Cláusula Sexta do Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2014 define todos os encargos sociais e trabalhistas que compõem a tabela, servindo, portanto, como memória de cálculo para o Anexo VII - Planilha de Custos e Formação de Preços.

ANEXO IX – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

RESUMO - SERVIÇOS PERMANENTES
A - VALOR MENSAL PARA MÃO-DE-OBRA PERMANENTE
CATEGORIA QTDE. CUSTO UNITÁRIO (R\$/MÊS) CUSTO TOTAL (R\$/MÊS)
TÉCNICO ELETROMECÂNICO 1
SUBTOTAL A

B - VALOR MENSAL PARA O RESPONSÁVEL TÉCNICO
CATEGORIA QTDE. CUSTO UNITÁRIO (R\$/HORA)* CUSTO TOTAL (R\$/MÊS)
ENG. MECÂNICO * 1

DISCRIMINAÇÃO VALOR (R\$/MÊS)
Lucro Bruto + Desp. Administrativas
Tributos Sobre Faturamento
SUBTOTAL B

C - PREÇO MENSAL
DISCRIMINAÇÃO VALOR (R\$/MÊS)
A - VALOR MENSAL PARA MÃO-DE-OBRA
B - VALOR MENSAL PARA O RESPONSÁVEL TÉCNICO

VALOR TOTAL POR MÊS

* Salário Mínimo Profissional - SMP conforme resolução nº 397/95
e Convenção Coletiva 2014/2016 do Sinaenco-DF

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

RESUMO GERAL

ITEM DISCRIMINAÇÃO UND Quant. Preço Unitário Total (R\$)

1 SERVIÇOS PERMANENTES - valor mensal

1.1 Engenheiro Mecânico (2h/sem.) mês 1

1.2 Téc. Eletromecânico mês 1

Sub total (mão de obra) - já considerando uniformes, encargos, lucro, despesas adm. e tributação

Total Mensal dos Serviços Permanentes

Total Anual dos Serviços Permanentes

2 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, com fornecimento de peças

2.1 Edifício-Sede ThyssenKrupp 4

2.2 Anexos I e II e Torre de ligação Otis 8

2.3 Anexo III Atlas 6

Total Mensal dos Serviços de Manutenção

Total Anual dos Serviços de Manutenção

TOTAL GLOBAL ANUAL

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Posto de Serviço de Téc. Eletro-Mecânico

I - MÃO DE OBRA

ELETROMECHANICO

Salário

II - ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da Remuneração)

GRUPO A

INSS

FGTS

Riscos ambientais do trabalho - RAT Ajustado (RATxFAP)

Salário educação

SESI/SESC

SENAI/SENAC

SEBRAE

INCRA

TOTAL - GRUPO A

GRUPO B

13º SALÁRIO

Férias

Abono Pecuniário

Auxílio Doença

Licença Paternidade

Licença Maternidade

Faltas Legais

Aviso Prévio

Acidente De Trabalho

TOTAL - GRUPO B

GRUPO C

Aviso Prévio Indenizado

Reflexo Do Fgts Sobre Aviso Prévio Indenizado

Reflexo Do 13º, Férias E Abono Sobre Aviso Prévio Indenizado

Incidência Do Grupo A S/ Reflexo 13º S/ Aviso Prévio Indenizado

Indenização Adicional

Multa do FGTS Sobre Rescisão Sem Justa Causa

TOTAL - GRUPO C

GRUPO D

INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B

TOTAL - GRUPO D

TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS

VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS

III - OUTROS

Uniforme/EPI's

Seguro de Vida e Auxílio Funeral

Assistência Odontológica

Plano de Saúde

TOTAL - INSUMOS

VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS

IV - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS

Lucro Bruto

Despesas Administrativas/Operacionais

TOTAL - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS

V - TRIBUTOS SOBRE FATURAMENTO

ISSQN

COFINS

PIS

TOTAL - TRIBUTOS SOBRE FATURAMENTO

VI - PREÇO TOTAL HOMEM/MÊS

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Ao
Tribunal de Contas da União
Ref.: Pregão nº ____/2014

Declaramos que em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/____, que eu, _____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, Responsável da Empresa _____, estabelecida no (a) _____, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o Tribunal de Contas da União e vistoriei os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e graus de dificuldades existentes.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Responsável Técnico da empresa)

Visto:

Responsável pelo TCU

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.

ANEXO XI - MODELOS DE ATESTADOS (OU DECLARAÇÕES) DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, executa (ou executou) serviços de _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

1) Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor.

ANEXO XII – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º ____/20__ QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E ____ PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS 18 (DEZOITO) ELEVADORES INSTALADOS NOS EDIFÍCIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO EM BRASÍLIA/DF.

CONTRATANTE: A União, por intermédio do Tribunal de Contas da União/se for o caso, indicar também o nome da Unidade Técnica], com sede no [inserir endereço completo], inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 00.414.607/_____, representada pelo seu [inserir função da autoridade competente], Senhor(a) [inserir nome do titular ou substituto], de acordo com a [delegação/subdelegação] de competência contida no inciso ____ do art. ____ da Portaria da [Presidência ou Segedam] n.º _____, de _____.
CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) n.º _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no TC n.º 025.132/2014-8 (Pregão Eletrônico ____/20__), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos 18 (dezoito) elevadores instalados nos Edifícios do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações dos Anexos II, III, IV e V do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/20__.

1.1. Os elevadores instalados nos Edifícios do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF são distribuídos da seguinte forma: 04 (quatro) no Edifício-Sede; 03 (três) no Anexo I; 03 (três) no Anexo II; 06 (seis) no Anexo III; e 02 (dois) na Torre de Ligação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

1. O valor total anual estimado deste contrato é de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Natureza da Despesa _____, da Atividade _____, conforme Nota de Empenho n.º _____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

1. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços somente após o recebimento de ORDEM DE SERVIÇO expedida pela CONTRATANTE contendo autorização específica para tal fim.

2. As solicitações de serviços de manutenção corretiva serão feitas por meio de Ordem de Serviços e o atendimento dessas deverá iniciar-se de acordo com os prazos definidos no item 7 do Anexo II – Especificações Técnicas do Pregão Eletrônico nº ____/20__.

3. Caso as Ordens de Serviços sejam encaminhadas após o final do expediente, o atendimento delas iniciar-se-á no dia útil seguinte, no mesmo prazo previsto no item 7.2 do Anexo II – Especificações Técnicas do Pregão Eletrônico nº ____/20__.

4. O não atendimento dos prazos individuais seja ou por produtividade abaixo da expectativa da mão de obra, ou por serviço não realizado a contento, ensejará a substituição dos empregados disponibilizados, sem prejuízo das penalidades previstas em contrato, inclusive multas.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, excluindo-se o primeiro dia e incluindo-se o último.

2. O presente contrato será prorrogado, mediante apostilamento, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

2.1. Prestação regular dos serviços;

2.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais, exceto quanto a penalidades aplicadas por atraso na entrega da garantia;

2.3. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;

2.4. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração; e

2.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

2.2. multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;

2.3. prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

2.4. obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

3. No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, poderá decidir-se por uma das seguintes alternativas:

3.1. apresentar seguro-garantia para os riscos elencados nos subitens 2.1 a 2.4 do item 2 acima, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço" com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA; ou

3.2. apresentar seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço" para cobertura dos subitens 2.1 a 2.3 do item 2 acima, complementada com a garantia adicional da modalidade "Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias" para o subitem 2.4 do item 2 acima, correspondentes a 1% (um por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, do valor atualizado do contrato.

4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do Tribunal de Contas da União.

5. A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme o modelo constante no Anexo XIII.

6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

7.1. O bloqueio efetuado com base no item 7 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

7.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 7 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.3. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

8. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

9. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

10. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal de Contas da União com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11. Será considerada extinta a garantia:

11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.2. com a extinção do contrato.

12. Isenção de responsabilidade da garantia:

12.1. O Tribunal de Contas da União não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

12.1.1. caso fortuito ou força maior;

12.1.2. alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

12.1.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

12.1.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

12.2. Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 12.1.3 e 12.1.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Tribunal de Contas da União.

13. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A CONTRATADA deve:

2.1. disponibilizar prestadores de serviço especializados para o desenvolvimento dos trabalhos;

2.1.1. Os prestadores de serviço disponibilizados executarão os serviços solicitados, cumprindo seus trabalhos em local apropriado, a eles destinados pela CONTRATANTE.

2.2. recrutar, selecionar, treinar e encaminhar ao Tribunal os prestadores de serviço necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima prevista no Anexo V - Especificações Mínimas Para o(s) Posto(s) de Trabalho;

2.2.1. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos e especificamente, quando o funcionário não tenha qualificação exigida para a prestação dos serviços.

2.3. fornecer relação nominal dos prestadores de serviço que atuarão junto ao Tribunal de Contas da União, indicando a função, habilitação, formação, endereço residencial e horário de trabalho;

2.4. responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do Tribunal, quando tenham sido causados por seus empregados durante a execução dos serviços;

2.5. zelar por todo o patrimônio do Tribunal que seja necessário às suas atividades, entregando mensalmente relatório com a situação de todos esses bens de uso direto da empresa;

2.6. manter 1 (um) preposto que, por razões de economia e racionalização, poderá ser o empregado alocado no Tribunal, sem prejuízo de suas atividades;

2.7. cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados; e comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados;

2.8. devolver os crachás de acesso às dependências do Tribunal, utilizado pelos prestadores de serviço da CONTRATADA, quando do término do contrato, devendo ainda ser a CONTRATANTE ressarcida por eventuais extravios ou danos;

2.9. fornecer e manter os prestadores de serviço devidamente protegidos por meio de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC (Equipamentos de Proteção Coletiva), nos casos em que estes forem obrigatórios, conforme legislação e normas de segurança do trabalho vigentes à época de execução do contrato, impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los;

2.10. manter nas dependências do Tribunal membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), quando exigido pelas normas de segurança do trabalho;

2.11. responsabilizar-se pelo transporte (de ida e volta) do seu pessoal até as dependências do Tribunal, por meios próprios ou mediante vale transporte, inclusive em situações excepcionais como os casos de paralisação dos transportes coletivos, nas situações onde se faça necessária a execução dos serviços em regime de horário extraordinário e outros eventos especiais previamente acordados com a FISCALIZAÇÃO;

2.12. pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;

2.13. manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações trabalhistas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.14. assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Tribunal;

2.15. assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do Tribunal;

2.16. assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

2.16.1. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos ou quaisquer prejuízos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do Tribunal.

2.17. assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

2.18. levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados;

2.19. cumprir todos os termos do edital do Pregão Eletrônico nº __/20__ e de seus anexos;

2.20. promover treinamento e reciclagem dos empregados que prestam serviços para o Tribunal, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a FISCALIZAÇÃO entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados;

2.20.1. Os treinamentos e reciclagens deverão ser custeados pela CONTRATADA e deverão compreender os conhecimentos e habilidades básicos para a execução dos serviços contratados.

2.20.2. Os treinamentos e reciclagens deverão ser realizados ao menos uma vez ao ano, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço.

2.21. registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;

2.22. manter sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

2.22.1. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação.

2.23. responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do Tribunal de Contas da União, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;

2.24. providenciar para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite a consulta e recebimentos de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;

2.25. providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;

2.26. efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;

2.27. ter meios, junto ao fabricante dos equipamentos instalados no TCU, para solicitar aporte técnico visando à solução dos problemas inerentes aos referidos equipamentos;

2.27.1. No caso de pane mais complexa, os Engenheiros Especialistas da Fabricante devem poder ser acionados, sem custo para a CONTRATANTE, com a maior brevidade possível.

2.28. manter durante toda a vigência do contrato, as condições que ensejaram sua contratação, apresentando comprovantes e certidões que atestem estas condições sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO;

2.29. apresentar mensalmente os seguintes documentos, sob pena de suspensão dos pagamentos:

2.29.1. Certidão Negativa de Débitos da Previdência Social- CND;

2.29.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

2.29.3. Certidão Negativa de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital;

2.29.4. Certificado de Regularidade junto ao FGTS - CRF;

2.29.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

2.29.6. Os documentos relacionados nos itens 2.29.1 a 2.29.4 poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

3.1. divulgar ou fornecer dados ou informações obtidos em razão deste contrato e utilizar o nome do Tribunal para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia, emitida oficialmente pela CONTRATANTE;

3.2. a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

3.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

4. A CONTRATANTE deve:

4.1. permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

4.2. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;

4.3. efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

4.4. exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;

4.5. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

4.6. fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

4.7. observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no Anexo V - Especificações Mínimas para o(s) Posto(s) de Trabalho, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo (a) titular do Serviço de Multimídia e Sistemas Eletromecânicos - SEMIT ou por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

2. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

3. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

1. É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do acordo, ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta.

2. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

3. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

4. Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato.

5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

5.1. Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento – em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens 1 e 2 desta cláusula.

5.2. O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

7. É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos custos com [insumos, materiais e/ou equipamentos], observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta.

7.1. Se, no momento da repactuação, a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo, a CONTRATADA, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de 12 (doze) meses), solicitar o reajuste de direito.

8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

10. Para os reajustes de [insumos, materiais e/ou equipamentos] será utilizada a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se uma das seguintes fórmulas:

10.1. Fórmula de cálculo “a”:

$$R = (I - I_0) \cdot P$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data do orçamento ou da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços.

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

10.2. Fórmula de cálculo “b”:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 10 desta cláusula, de modo que $(P \times V)$ significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

11. Qualquer que seja a variação apurada nos termos do item anterior, o percentual de reajuste máximo a ser aplicado será aquele definido como centro da meta de inflação fixada – pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), nos termos do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999 – para o exercício em que tiverem início seus efeitos financeiros.

12. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 7 desta cláusula.

13. A repactuação e o reajuste ocorrerão simultaneamente e serão formalizados em um mesmo instrumento, por meio de apostilamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º ___/20___, constante do processo TC – 025.132/2014-8, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá emitir mensalmente Nota Fiscal, com indicação dos serviços executados, e do número do contrato.

1.1. À exceção da primeira e da última Nota Fiscal do contrato, as demais deverão coincidir com o mês civil.

2. Não será recebida pela FISCALIZAÇÃO a Nota Fiscal que não vier acompanhada do relatório técnico mensal subscrito pelo responsável técnico, contendo a descrição das rotinas de manutenção, as indicações de datas e mensurações preventivas realizadas e de todas as ocorrências de manutenção corretiva.

2.1. Outros itens que se fizerem necessários poderão ser incluídos no relatório mensal, mediante acordo entre o responsável técnico e a FISCALIZAÇÃO.

3. Os pagamentos deverão ser realizados de acordo com as medições realizadas pela FISCALIZAÇÃO, respeitando os itens 6.4, 6.5, 6.6 e 6.7 do Anexo II – Especificações Técnicas do edital do Pregão Eletrônico nº ___/20___.

4. A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado da protocolização da nota fiscal/fatura.

5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.1. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item 6, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

7. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

8.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FONTE

1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

1.1. do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

1.2. da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

1.3. do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

1.1. apresentar documentação falsa;

1.2. fraudar a execução do contrato;

1.3. comportar-se de modo inidôneo;

1.4. cometer fraude fiscal; ou

1.5. fizer declaração falsa.

2. Para os fins do item 1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

3.1. advertência;

3.1.1. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

3.1.2. A Advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do TCU, a critério da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

3.2. multa;

3.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso no início da execução dos serviços contados da emissão da ordem de serviço, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

3.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item 3.2.1., ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3.2.3. 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

3.2.4. para efeito de aplicação de multas às infrações, são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1

GRAU CORRESPONDÊNCIA

1 0,2% do valor anual do contrato

2 0,4% do valor anual do contrato

3 0,8% do valor anual do contrato

4 1,6% do valor anual do contrato

5 3,2% do valor anual do contrato

6 4,0% do valor anual do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO GRAU

Item DESCRIÇÃO

1 Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência. 06

2 Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada. 05

3 Utilizar as dependências do TCU para fins diversos do objeto deste Contrato; por ocorrência. 04

4 Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado, por ocorrência. 02

5 Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia. 03

6 Manter o(s) posto(s) de trabalho descoberto(s); por posto de trabalho e por dia. 03

7 Recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado; por ocorrência e por dia. 05

8 Executar serviço incompleto, paliativo ou substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência. 03

9 Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência. 03

10 Usar indevidamente patentes registradas ou utilizar softwares sem licenciamento; por ocorrência. 06

11 Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência. 04

12 Permitir a presença de empregado desuniformizado, mal apresentado ou sem identificação por crachá; por empregado e por ocorrência. 01

Para os itens a seguir, deixar de:

13 Cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE; por ocorrência. 02

14 Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia. 01

15 Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência. 02

16 Efetuar o pagamento de salários, seguros, vales-transporte, tíquetes-refeição, encargos fiscais e sociais nas datas avençadas, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato; por dia e por ocorrência. 06

17 Indicar e manter o supervisor durante a execução do contrato. 02

18 Cumprir quaisquer dos itens do Edital do Pregão Eletrônico nº __/20__ e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas; por ocorrência. 01

19 Cumprir quaisquer dos itens do Edital do Pregão Eletrônico nº __/20__ e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE; por ocorrência. 02

20 Cumprir prazo previamente estabelecido com a CONTRATANTE para execução de serviços; por dia de atraso. 02

21 Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência. 02

22 Manter a documentação de habilitação econômico-financeira atualizada; por item, por ocorrência. 01

23 Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela CONTRATANTE; por ocorrência. 01

24 Cumprir determinação da CONTRATANTE para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência. 01

25 Cumprir os prazos de atendimento conforme item 7.2, alínea "b.1" e "b.2" do Anexo II – Especificações Técnicas do Edital do Pregão Eletrônico nº __/20__; por hora útil de atraso. 01

26 Cumprir os prazos de atendimento conforme item 7.2, alínea "c" e "d" do Anexo II – Especificações Técnicas do Edital do Pregão Eletrônico nº __/20__; por dia útil de atraso. 02

3.2.5. A partir da segunda reincidência das infrações elencadas na Tabela 2 de graus de 3 a 6 e a partir da terceira reincidência das infrações de graus de 1 e 2, a critério da administração, será considerada inexecução parcial do Contrato.

3.2.6. A partir da quarta reincidência das infrações elencadas na Tabela 2 de graus de 3 a 6 e a partir da sexta reincidência das infrações de graus de 1 e 2, a critério da administração, será considerada inexecução total do Contrato.

3.3. suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Contas da União;

3.3.1. A suspensão do direito de licitar e de contratar com o TCU poderá ser aplicada à CONTRATADA se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

I – Por 6 (seis) meses:

atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para o TCU; execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa.

II – Por 2 (dois) anos:

não conclusão dos serviços contratados;

prestação do serviço em desacordo com as solicitações do TCU, não efetuando sua correção após solicitação do Tribunal;

cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao TCU, ensejando a rescisão deste Contrato por culpa da CONTRATADA;

condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

apresentação, ao TCU, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução deste Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

demonstração, a qualquer tempo, de não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o TCU, em virtude de atos ilícitos praticados; ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do TCU após a assinatura deste Contrato;

reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste Contrato, sem consentimento prévio do TCU.

3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

3.4.1. tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

3.4.2. praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

3.4.3. demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o TCU, em virtude de atos ilícitos praticados;

3.4.4. reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do TCU.

4. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

5. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

5.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

5.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

6. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Brasília - DF, em [data].

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

[Nome da autoridade competente]

[inserir nome do cargo]

CONTRATADA

Representante
Procurador/cargo

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF: CPF:

RG: RG:

ANEXO XIII – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Pela presente, o (a) (nome da instituição fiadora) com sede em (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em (endereço completo), até o limite de R\$ (valor da garantia) (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº (número do contrato, formato xx/ano), decorrente do processo licitatório (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação – ex.: PE nº xx/ano), firmado entre a AFIANÇADA e o Tribunal de Contas da União para (objeto da licitação).

2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;
- c) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- d) Obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

3. Esta fiança é válida por (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do contrato) (valor por escrito) dias, contados a partir de (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em (data).

4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Tribunal de Contas da União.

5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o vencimento desta fiança.

6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Tribunal de Contas da União.

7. Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese do Tribunal de Contas da União se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do Tribunal de Contas da União qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)

ANEXO XIV - CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Os arquivos que constituem este Anexo estão disponíveis no sítio do TCU, no endereço:

http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/licitacoes_contratos_tcu/licitacoes/detalhes.

Caso a licitante não consiga visualizá-los, poderá solicitá-los por meio do endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br.

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP - CEP.01017-911 - PABX (11)3243-3400